

# **Uma multiplicidade de provisões**

## **Como satisfazer as necessidades das vítimas e sobreviventes em toda a Inglaterra e País de Gales**

### **Agradecimentos**

Obrigado aos milhares de vítimas e sobreviventes de violência doméstica que contribuíram para esta investigação, e às centenas de serviços especializados de apoio a violência doméstica e organismos de comissionamento. Agradecimentos especiais àqueles que proporcionaram reflexões profundas das suas experiências no acesso ao apoio através de entrevistas e grupos focais, e pelos seus conselhos e recomendações sobre como melhorar a resposta à violência doméstica.

Isto não teria sido possível sem o apoio de especialistas por e para organizações especializadas em violência doméstica, que facilitaram o nosso envolvimento com vítimas e sobreviventes. Um agradecimento especial deve ir para Imkaan, Us Too and Action for Real Change, the Divas, Respect, Sign Health, The Naz and Matt Foundation, Kanlungan, Sign Health, CHADD e Barnardo's.

Obrigado à TONIC pelo seu trabalho na codificação e limpeza dos dados recolhidos através de inquéritos, e obrigado também a Lindsay Hodgson of Catch Impact pelo seu inestimável apoio, aconselhamento e análise complexa dos dados.

*“É uma lotaria de código postal: a área onde vive decide se obtém serviços de violência doméstica decentes”.*

## **Introdução**

As vítimas e sobreviventes suportaram durante demasiado tempo o peso de uma "lotaria de código postal" na resposta à violência doméstica. Forçados a navegar numa complexa multiplicidade de serviços, que, apesar dos esforços hercúleos, lutam para satisfazer uma procura cada vez maior à medida que melhoramos, e com razão, o nosso reconhecimento e resposta à crise de saúde pública que é a violência doméstica. Embora a responsabilidade pelo fim da violência doméstica deva recair sobre aqueles que a perpetraram, temos de reconhecer que, entretanto, houve mais de 2,3 milhões de pessoas sujeitas a violência doméstica no ano passado que necessitam de acesso a apoio e ajuda.

Em termos simples, o apoio especializado de que as vítimas e sobreviventes necessitam para encontrar segurança, e para enfrentar e recuperar dos seus abusos, não consegue satisfazer esta procura. Isto só é agravado para vítimas e sobreviventes de comunidades minoritárias que enfrentam as maiores barreiras ao apoio, com organizações especializadas "por e para" cada vez mais desfinanciadas apesar de estarem em melhor posição para satisfazer as suas necessidades.

O Comissário para a Violência Doméstica foi estabelecido através da Lei sobre a Violência Doméstica como uma voz independente para sensibilizar as vítimas e os sobreviventes, e responsabilizar o governo local e nacional pela sua resposta à violência doméstica. Por conseguinte, uma das principais prioridades iniciais do Comissário foi compreender melhor o apoio que as vítimas e os sobreviventes pretendiam, e mapear a prestação deste apoio em toda a Inglaterra e País de Gales. Ouvimos falar de mais de 4.000 vítimas e sobreviventes, mais de 500 prestadores de serviços e mais de 150 comissários locais, nos nossos esforços para o fazer. Este resumo representa apenas um retrato da informação que recebemos e é publicado juntamente com um relatório político e um relatório técnico completos.

Este resumo expõe as principais conclusões dessa investigação, bem como as recomendações do Comissário sobre a forma como podemos transformar a disponibilidade do apoio que muda e salva vidas e que é tão desesperadamente necessário. Não é impossível. Temos visto exemplos de práticas brilhantes e com a vontade e liderança certas estas recomendações podem tornar-se uma realidade. Apelamos ao Governo nacional, comissários locais, serviços públicos e prestadores de serviços para que prestem atenção e trabalhem em colaboração para satisfazer as necessidades das vítimas e sobreviventes e assegurar que qualquer pessoa possa ter acesso ao apoio e ajuda de que necessita, não importa quem seja ou onde viva.

## Conclusões chave

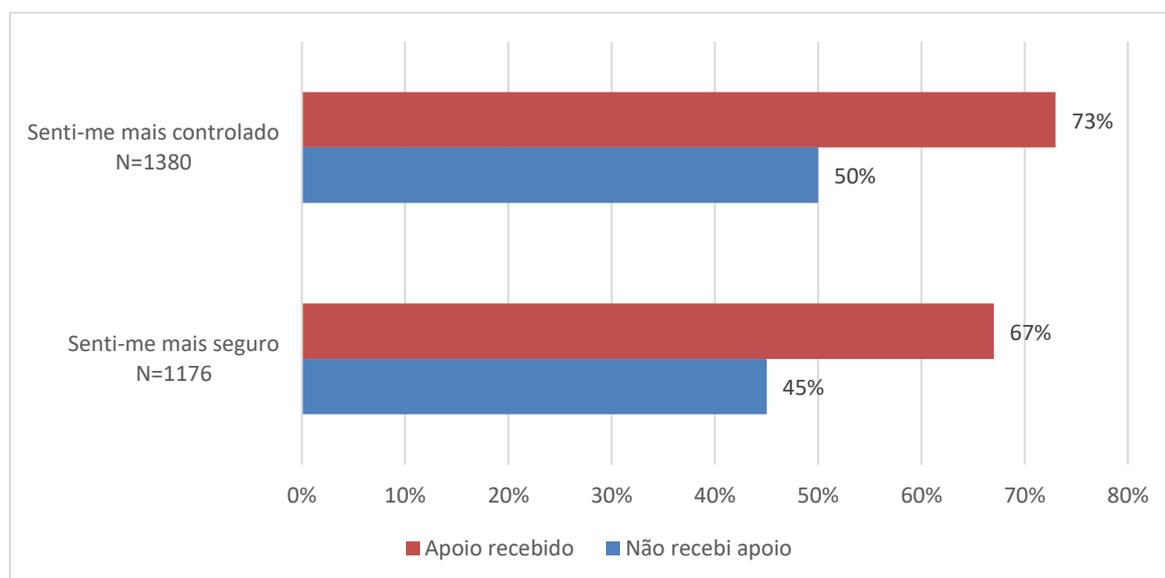
### As necessidades das vítimas e sobreviventes e o impacto dos serviços de apoio

#### **1. Os serviços especializados são eficazes para permitir que as vítimas e sobreviventes se sintam mais seguros e com maior controlo das suas vidas após os abusos.**

*"Não estaria aqui se não fosse por eles".*

As vítimas e os sobreviventes procuram ajuda e apoio especializado porque é eficaz. Havia uma diferença significativa nos resultados para os indivíduos que tinham tido acesso a serviços de apoio em comparação com os que não o tinham feito. Dos que expressaram uma opinião, 67% das vítimas e sobreviventes que acederam aos serviços de apoio disseram que agora se sentiam mais seguros em comparação com 45% dos sobreviventes que não o tinham feito, 73% dos que tinham acedido ao apoio sentiam-se mais em controlo das suas vidas em comparação com 50% dos que não o tinham feito (Figura 1). Os sobreviventes falaram-nos de diferenças tangíveis no dia-a-dia das suas vidas como resultado do acesso ao apoio, incluindo sentir-se mais confiantes, seguros, e capazes de planear o seu futuro de uma forma que anteriormente era impossível.

Figura 1: Percentagem de inquiridos que se sentiram mais seguros e mais controlados do que quando tentaram obter apoio pela primeira vez, de acordo com o facto de terem recebido apoio.



**2. As vítimas e sobreviventes precisam de uma série de tipos de apoio para os ajudar a encontrar segurança e a enfrentar e recuperar de abusos.** A maioria das vítimas e sobreviventes queria alguma forma de apoio baseado na comunidade, e uma combinação de apoio prático, tal como aconselhamento de linha de apoio, ou apoio individual ou apoio com processos, e apoio terapêutico a longo prazo, tal como aconselhamento ou apoio à saúde mental. A Figura 2 abaixo mostra a percentagem

de vítimas e sobreviventes que queriam diferentes tipos de apoio, incluindo uma indicação sobre se tal apoio seria tipicamente coberto por um Advogado Independente de Violência Doméstica ou não. Isto é para demonstrar o leque de apoio que é necessário, incorporando, mas não se limitando à advocacia.

Figura 2: Percentagem de inquiridos que desejaram apoio para a violência doméstica durante os três anos anteriores, de acordo com o tipo de intervenção.

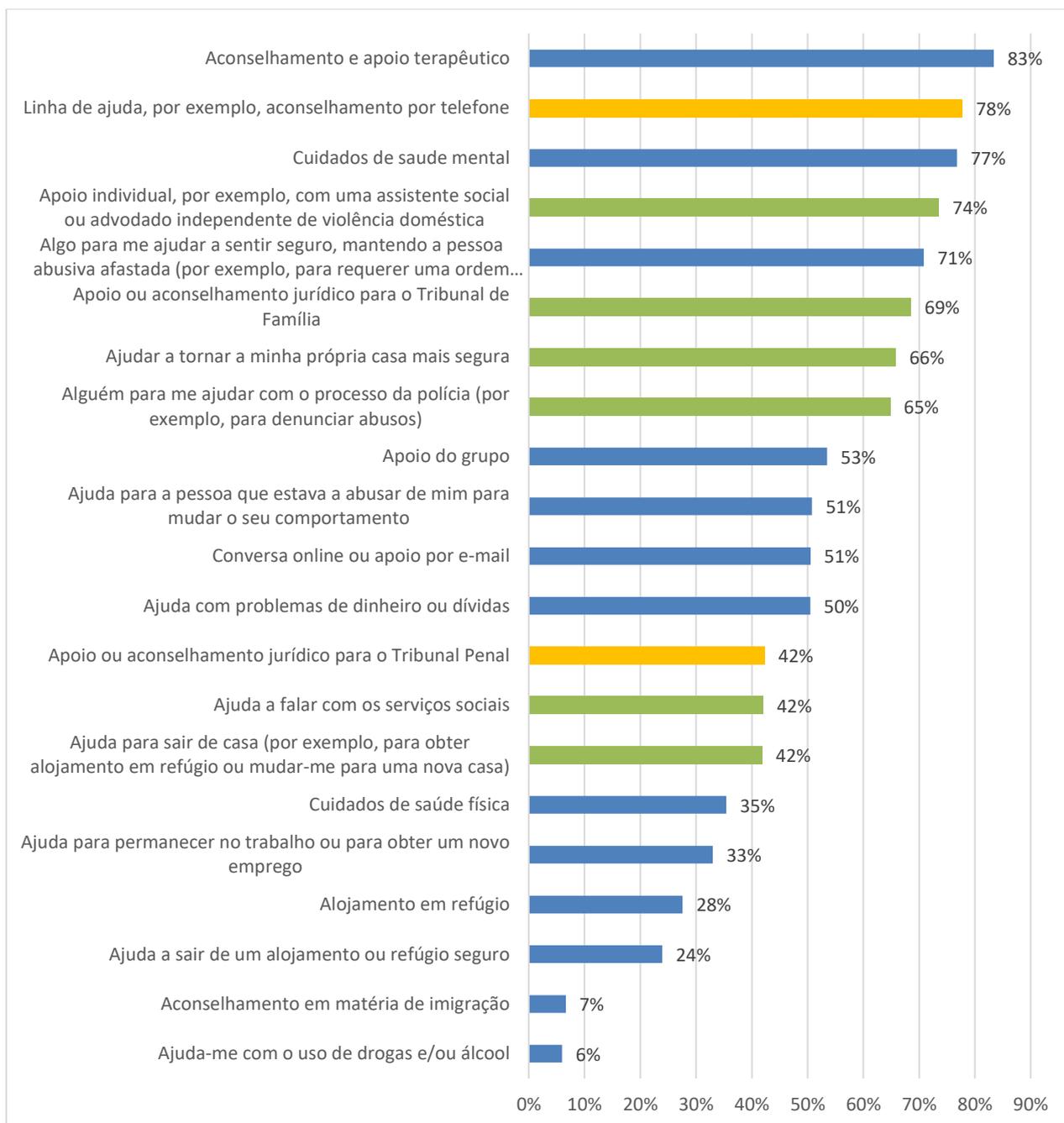
Verde = tipicamente coberto por um papel IDVA.

Laranja = pode ser coberto por uma função IDVA, se for incumbido para tal<sup>1</sup>

Azul = não tipicamente coberto por um papel IDVA.

---

<sup>1</sup> Ao ler este quadro (e a Figura 4 abaixo), vale a pena notar qual o papel dos IDVAs ou dos Defensores Independentes da Violência Sexual (ISVAs) na prestação de apoio no Tribunal de Família ou no Tribunal Penal. Os IDVAs e ISVAs podem prestar apoio emocional e prático antes, durante e depois dos processos penais e de direito de família. No entanto, os IDVAs e ISVAs não devem ser colocados numa posição de ter de prestar aconselhamento jurídico, uma vez que não estão qualificados para o fazer. Apenas os advogados podem prestar aconselhamento sobre a lei e as opções legais específicas de um caso de sobrevivência, e o papel de um IDVA/ISVA é muito diferente do papel de um advogado.

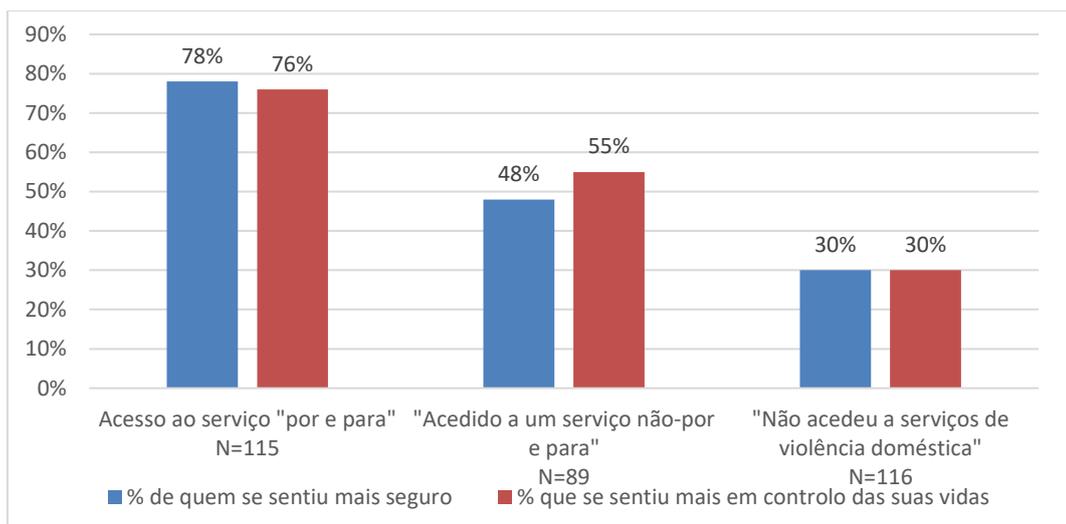


Havia algumas diferenças no desejo de serviços particulares entre grupos demográficos. Mais notáveis foram as diferenças entre homens e mulheres no desejo de aceder a programas de mudança de comportamento para os seus agressores (74% e 47% respetivamente) e de apoio através do Tribunal de Família (83% e 66% respetivamente), e entre vítimas com e sem deficiência e sobreviventes no desejo de apoio à saúde mental (88% e 67% respetivamente). As vítimas e sobreviventes negros tinham mais probabilidades do que as vítimas e sobreviventes de outros grupos étnicos de quererem refúgio (59%), particularmente em comparação com as vítimas e sobreviventes brancos (25%). Isto também corresponde a uma maior probabilidade de os inquiridos negros estarem sediados em Londres, que era a

região com maior desejo de refúgio, com 33% dos inquiridos de Londres que queriam refúgio, em comparação com 28% a nível nacional.

- 3. A maioria das vítimas e sobreviventes de comunidades minoritárias querem receber apoio prestado "por e para" a sua própria comunidade.** Isto porque as organizações especializadas "por e para" são mais capazes de compreender o contexto e a complexidade dos abusos enfrentados pelos sobreviventes minoritários e de construir a confiança crítica para avaliar eficazmente os riscos e fornecer o apoio adequado. Sessenta e sete por cento dos sobreviventes negros e minoritários, 68% dos sobreviventes LGBT+, 55% dos sobreviventes deficientes e 16 dos 62 sobreviventes surdos queriam ter acesso a uma organização especializada "por e para", para lhes prestar a ajuda de que necessitavam. Ao olhar especificamente para as pessoas transexuais, uma proporção muito mais elevada do que a totalidade dos LGBT+ inquiridos queria ter acesso a uma organização especializada "por e para" - com 21 das 23 vítimas e sobreviventes transexuais a dizer que queriam isto.
  
- 4. Isto porque as organizações especializadas "por e para" são muito mais eficazes no apoio às vítimas minoritárias e sobreviventes do que outros tipos de serviços.** O impacto dos serviços especializados "por e para" é evidente. As nossas entrevistas com as vítimas e sobreviventes mais marginalizados evidenciaram que já enfrentam desigualdades estruturais e as maiores barreiras ao apoio. Conseguimos comparar os resultados para as vítimas e sobreviventes que tinham acedido a uma organização especializada "por e para" com aqueles que tinham acedido a outro tipo de apoio, e depois com aqueles que não tinham acedido a qualquer tipo de apoio. Os resultados são muito difíceis. Dos sobreviventes negros e minoritários, 78% dos que tinham acedido a um serviço "por e para" sentiam-se mais seguros, em comparação com 48% que tinham acedido a outro tipo de serviço, e 30% que não tinham acedido a qualquer tipo de apoio (Figura 3). Isto representa uma diferença de 48 pontos percentuais entre o acesso a um serviço especializado "por e para" e o não-acesso a qualquer apoio.

Figura 3: Percentagem de sobreviventes negros e minoritários que se sentiram mais seguros e mais controlados do que quando pensaram pela primeira vez em aceder ao apoio, de acordo com o tipo de serviço acedido.



Um padrão semelhante é observado para outros grupos minoritários que responderam ao nosso inquérito - nomeadamente LGBT+ e Surdos, e sobreviventes deficientes, mas não podem ser relatados de forma robusta devido ao baixo número de amostras.<sup>2</sup> A falta de um número robusto de amostras para comparar sobreviventes LGBT+, Surdos ou incapacitados que tinham acedido a um serviço "por e para" com outros serviços é por si só notável e revela a escassez destes serviços em toda a Inglaterra e País de Gales.

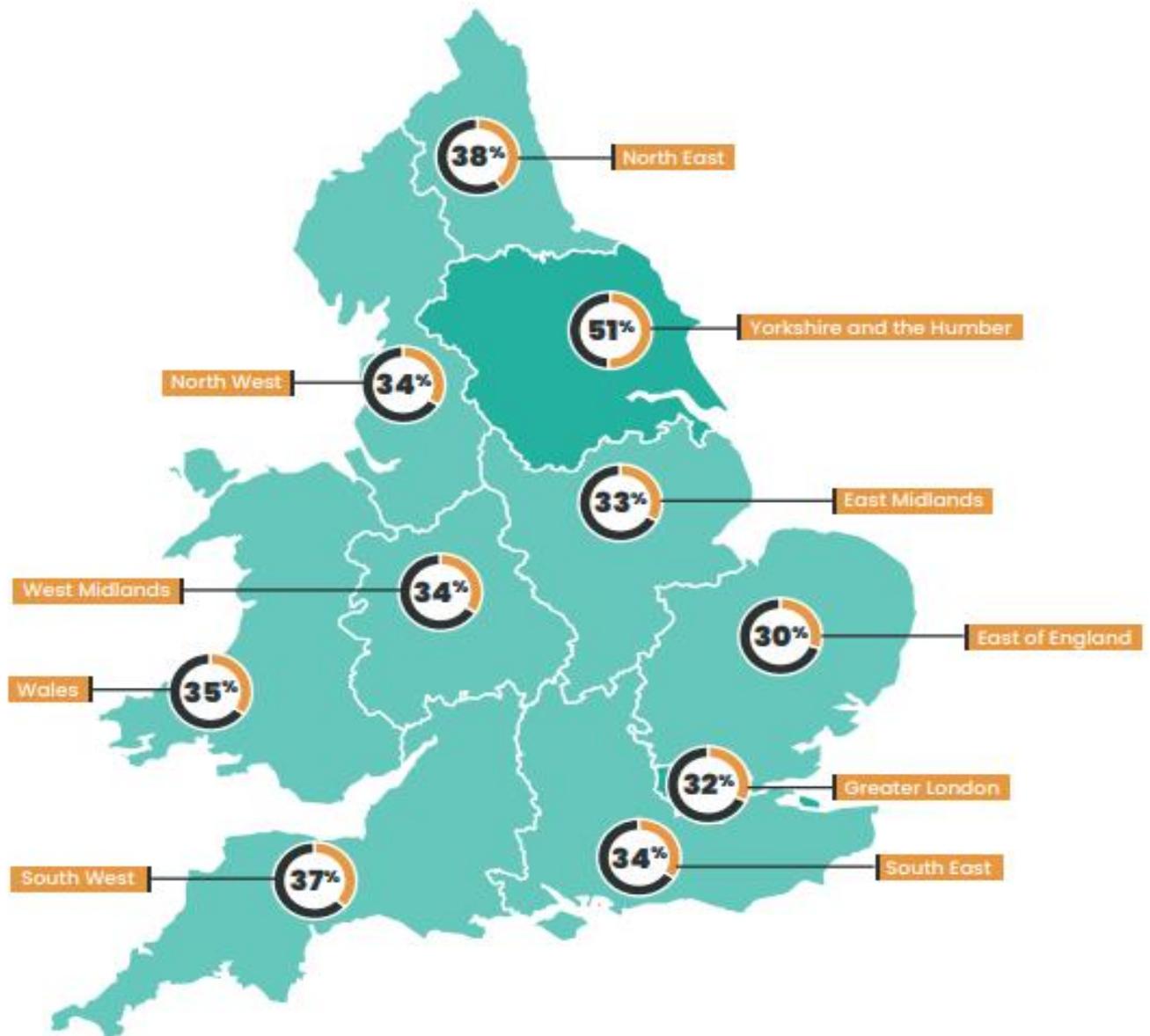
- 5. A independência dos serviços é fundamental para construir confiança e é altamente valorizada pelas vítimas e sobreviventes que acedem ao apoio.** Os sobreviventes falaram-nos dos seus receios em relação aos serviços estatutários - particularmente os serviços sociais e o Tribunal de Família - e como era importante que se sentissem separados e protegidos destes organismos no seu envolvimento com apoio especializado.

### **Que apoio é que as vítimas e sobreviventes puderam ter acesso?**

- 6. Em geral, a maioria das vítimas não conseguiu aceder ao apoio que desejava.** Com exceção do aconselhamento da linha de ajuda (onde 64% conseguiram aceder a ele quem o quisesse) e do apoio individual, tal como um assistente social ou um defensor independente da violência doméstica (IDVA) (55%), apenas uma minoria de sobreviventes conseguiu aceder ao tipo de apoio que desejava. Isto foi espelhado pela informação recebida dos serviços, que nos disseram que em geral, apenas um terço dos encaminhamentos que receberam acabaram por receber apoio repetido.

<sup>2</sup> Os números das amostras para sobreviventes LGBT+, Surdos e deficientes que tiveram acesso a apoio especializado "por e para" eram demasiado pequenos para relatar com robustez, mas a informação recebida indica um padrão muito semelhante, sendo as organizações especializadas "por e para" muito mais eficazes no apoio aos sobreviventes para se sentirem seguros e com mais controlo sobre as suas vidas.

Figura 4: Resposta à pergunta "Quão fácil foi obter ajuda?", de acordo com a área geográfica.



7. Havia provas claras de variação por área geográfica, demonstrando a existência de uma "lotaria de código postal" para aceder a tipos específicos de apoio. Isto também se refletiu no financiamento fornecido pelos comissários locais - sendo quase todos os serviços baseados na comunidade financiados com base nos requisitos de residência. Relativamente a este aspeto, quase um quarto dos serviços baseados no alojamento foram financiados apenas por comissários locais para indivíduos que viviam, trabalhavam, ou estudavam na área local. Dada a própria natureza do apoio baseado no alojamento, e a necessidade das vítimas e sobreviventes de fugir para uma nova área, isto é profundamente preocupante.

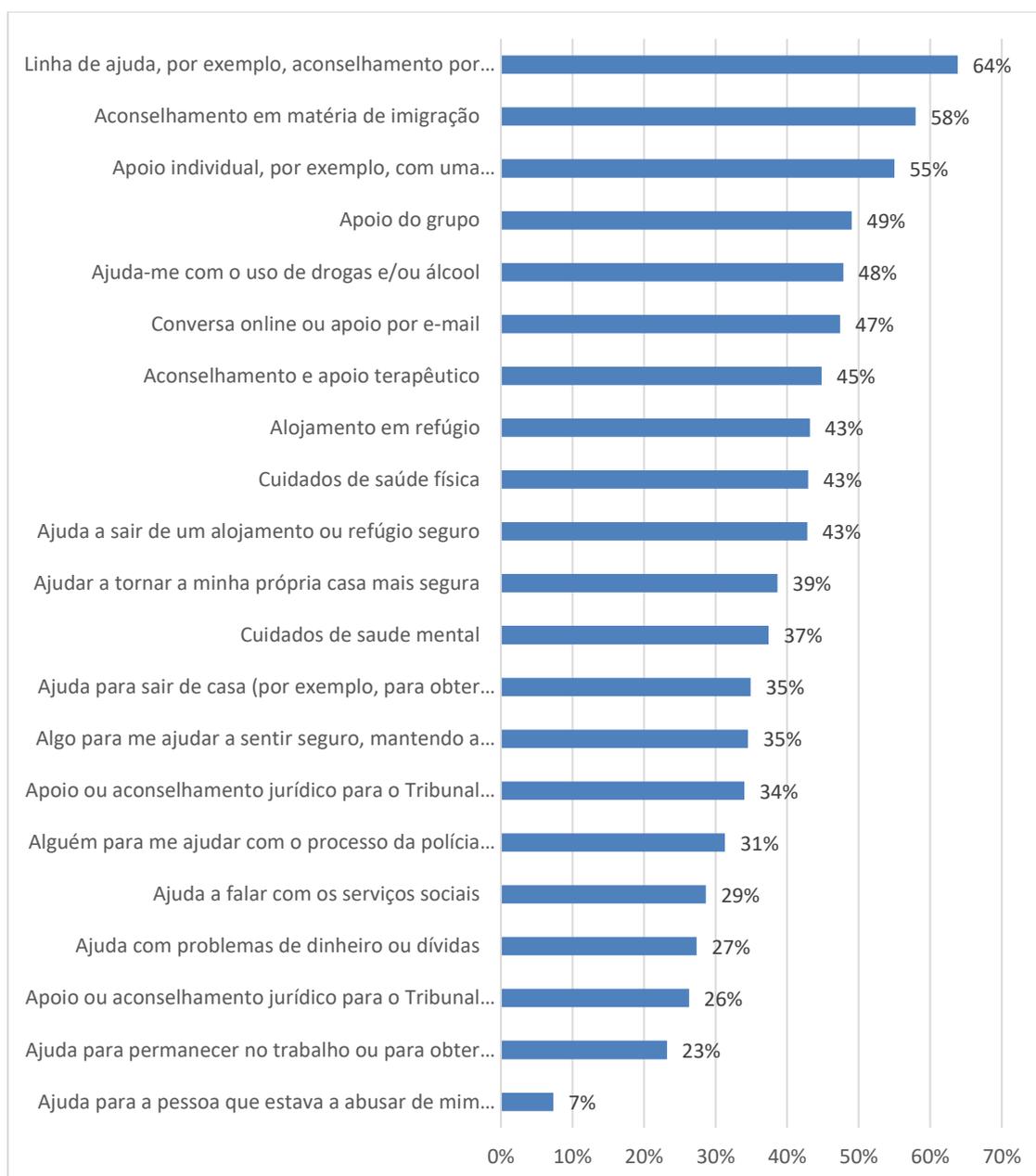
A maior diferença estava na capacidade das vítimas e sobreviventes de aceder ao apoio de aconselhamento que o quisessem - com uma diferença de 21 pontos percentuais entre a área mais alta (58% no Nordeste de Inglaterra) e a área mais baixa (37% no País de Gales). O acesso aos cuidados de saúde mental também demonstrou uma variação significativa, com 47% dos sobreviventes com capacidade de acesso no nordeste, em comparação com 31% no sudoeste. O apoio individual ou advocacia teve uma diferença de 16 pontos percentuais entre os 66% dos sobreviventes no Nordeste que tiveram acesso ao mesmo em comparação com os 50% no Sudeste, e o apoio através do Tribunal de Família teve uma diferença de 11 pontos percentuais entre os 42% das pessoas em Yorkshire e Humber que o obtiveram e 31% em Londres ou no Leste de Inglaterra. Para intervenções de mudança de comportamento, 16% dos sobreviventes no Nordeste disseram-nos que o seu autor podia aceder ao apoio para mudar o comportamento, em comparação com 3% no País de Gales.

Figura 5: Percentagem de vítimas e sobreviventes que conseguiram obter apoio, daqueles que o quiseram.

Verde = apoio tipicamente fornecido por um IDVA.

Laranja = pode ser coberto por uma função IDVA, se for incumbido para tal.

Azul = não tipicamente coberto por um papel IDVA.



**As provas de vítimas minoritárias e sobreviventes disseram-nos que achavam particularmente difícil o acesso ao apoio que pretendiam.** Muitas vezes, só quando conseguiam envolver-se com organizações "por e para" é que conseguiam identificar e obter o apoio de que necessitavam. Contudo, existe uma enorme carência na prestação de tais serviços em toda a Inglaterra e País de Gales, sendo que a maioria das vítimas e sobreviventes que queriam ter acesso a serviços "por e para" não o podiam fazer.

Apenas 51% dos sobreviventes negros e minoritários que queriam ter acesso a especialistas por e para apoio puderam fazê-lo. Dezanove por cento dos sobreviventes LGBT+ que pretendiam o acesso a especialistas por e para apoio receberam-no, e para os sobreviventes deficientes, apenas 14 das 190 pessoas que pretendiam o acesso a

um especialista "por e para" organização conseguiram (7%). Para os sobreviventes surdos, apenas 2 das 30 pessoas que queriam ter acesso a um especialista "por e para" apoio, conseguiram obtê-lo.

Os sobreviventes com dificuldades de aprendizagem sublinharam particularmente as barreiras no acesso ao apoio, e a falta de compreensão das suas experiências de abuso por parte dos prestadores de serviços.

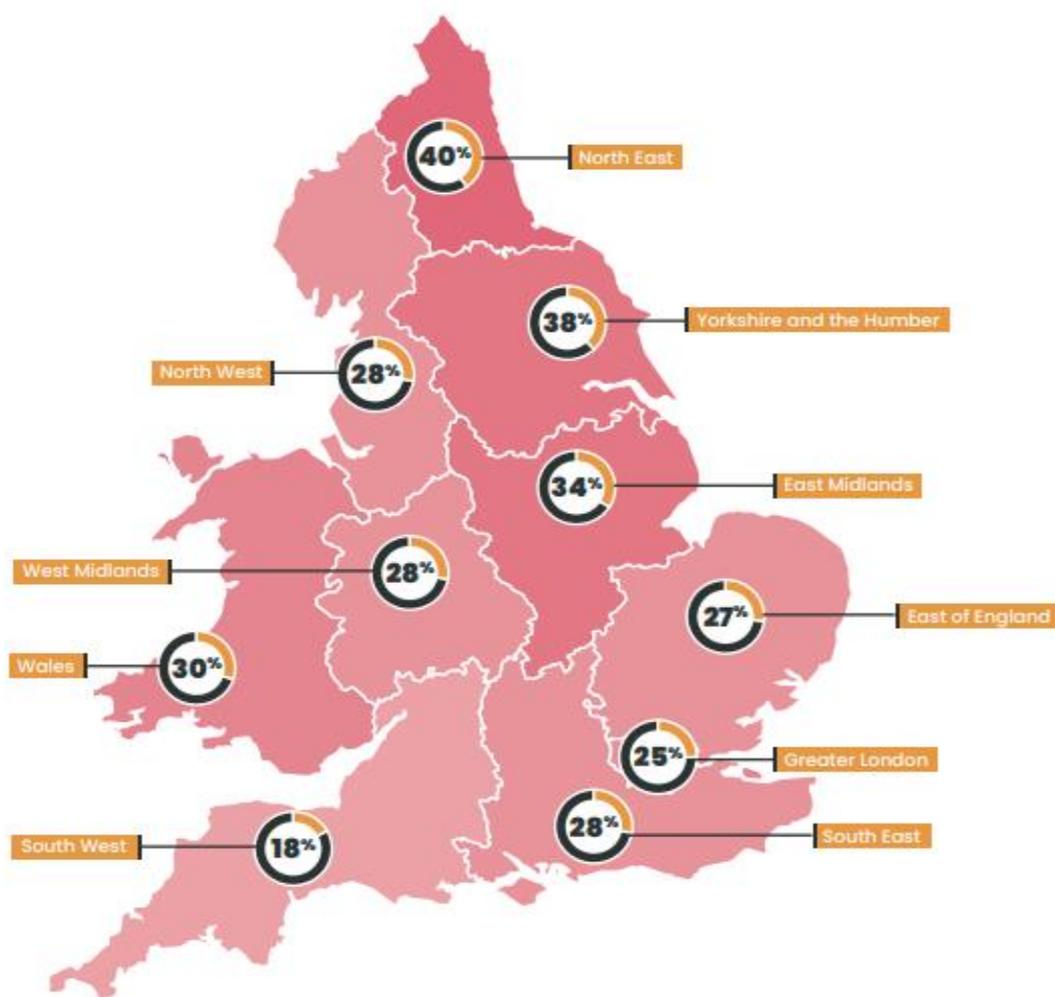
**8. Os homens também tiveram particular dificuldade em aceder à ajuda e ao apoio, com 82% a dizer que o acesso à ajuda era difícil ou muito difícil.** Havia uma disparidade notável entre a proporção de organizações que ofereciam algum tipo de serviço acessível aos homens (75%) e o que os homens nos diziam sobre as suas experiências de tentativa de procurar ajuda, com muitos a dizerem-nos que os serviços na sua área pareciam ser apenas para as mulheres. Um sobrevivente disse-nos: "Não consegui encontrar serviços apenas para homens e não me foi prestada qualquer ajuda quando falei com serviços apenas para mulheres a pedir aconselhamento. Uma pessoa até pediu desculpa e disse que se aperceberam que eu precisava de apoio, mas não sabiam de lado nenhum que o fornecia." Das organizações que responderam à pergunta sobre para quem prestavam serviços, 25% definiam-se a si próprias como organizações "apenas mulheres"; 2% como "apenas homens"; 28% como "mistura, mas serviços únicos de género/sexo"; 37% como não específicos de género; e 10% como uma mistura de espaços de género/sexo não específicos de género e separados.<sup>3</sup>

**9. Do mesmo modo, parecia haver uma divergência significativa entre a proporção de organizações que afirmaram prestar apoio especializado a crianças afetadas por violência doméstica no domicílio (85%) e os 29% de vítimas e sobreviventes que nos disseram que conseguiam obter apoio para os seus filhos.** Mesmo sendo responsáveis pelos 43% das vítimas e sobreviventes que não tiveram acesso a qualquer tipo de apoio, isto indica que o apoio disponível dos serviços especializados em violência doméstica para crianças precisa de ser significativamente aumentado a fim de satisfazer a procura (Figura 6).

Figura 6: Os pais cujos filhos receberam apoio, de acordo com a área geográfica.

---

<sup>3</sup> A partir de uma amostra de 519 organizações



**10. O apoio prestado às vítimas e sobreviventes de comunidades minoritárias foi variado, sendo menos provável que os serviços tenham uma provisão especializada para vítimas e sobreviventes surdos ou vítimas e sobreviventes com dificuldades de aprendizagem.** A Tabela 1 apresenta a percentagem de organizações que afirmaram ter fornecido algum tipo de provisão especializada para diferentes comunidades minoritárias, através de serviços baseados no alojamento e serviços baseados na comunidade.

Estes números devem ser lidos com alguma cautela. Em primeiro lugar, o nosso inquérito às vítimas e sobreviventes indica dificuldades em não-participantes e para organizações que prestam o apoio de que as pessoas marginalizadas e minoritárias necessitam, mas, em segundo lugar, que os serviços podem ter interpretado a "especialidade" de formas ligeiramente diferentes. Embora tenha sido fornecida uma definição<sup>4</sup> alguns serviços podem ter interpretado a 'especialização' como a prestação

<sup>4</sup>O "apoio especializado" foi definido como o apoio especificamente prestado e adaptado às necessidades destas vítimas e sobreviventes, em vez de elegibilidade. O inquérito também esclareceu que o apoio específico às vítimas e sobreviventes surdos ou deficientes deveria referir-se ao apoio prestado especificamente às suas experiências de vida, e não apenas aos requisitos de acessibilidade.

de formação especializada aos membros do pessoal, em comparação com outros que apenas teriam contado projetos ou programas especializados, específicos para essa população.

É necessária mais investigação para compreender melhor o grau de apoio especializado às comunidades minoritárias prestado fora das organizações "por e para".

No entanto, as comparações entre grupos indicam o grau de confiança que os serviços têm no apoio às necessidades específicas das diferentes comunidades.

Tabela 1: Percentagem de organizações prestadoras de serviços que prestam apoio especializado baseado no alojamento e baseado na comunidade a diferentes populações minoritárias.

	Percentagem de serviços baseados em alojamento que têm provisão especializada para este grupo	Percentagem de serviços baseados na comunidade que têm provisão especializada para este grupo
Vítimas / sobreviventes negros e minoritários	57%	54%
Vítimas / sobreviventes surdos	14%	14%
Vítimas / sobreviventes com deficiência	23%	26%
Vítimas / sobreviventes com dificuldades de aprendizagem, autismo ou ambos	18%	25%
Vítimas / sobreviventes mais velhos ou mais idosos	25%	33%
LGB (Lésbicas, Gays ou Bissexuais) vítimas / sobreviventes	23%	32%
Vítimas / sobreviventes transexuais	22%	24%
Vítimas adultas jovens / sobreviventes	30%	54%

Também perguntámos como é que os serviços responderiam a um encaminhamento de grupos minoritários específicos. As opções dadas eram se aceitariam um encaminhamento e prestariam um serviço completo, ou se indicariam ou encaminhariam para uma organização mais especializada. Os serviços poderiam também dizer que aceitariam ou não um encaminhamento dependendo de outros fatores, tais como a necessidade clínica.

Os resultados revelam diferenças na capacidade e confiança dos serviços para apoiar vítimas e sobreviventes de comunidades minoritárias ou que têm necessidades adicionais. Para a maioria dos serviços, a maioria dos sobreviventes com características protegidas seria aceite e seria prestado um serviço completo (em vez de ser assinalado ou encaminhado para outro local), com exceção dos sobreviventes transexuais, em que para o apoio baseado no alojamento, especificamente, apenas menos de metade (44%) dos serviços disseram que poderiam prestar um serviço completo.

Tabela 2: Percentagem de serviços que informam que poderiam aceitar um encaminhamento e prestar um serviço completa às vítimas e sobreviventes de populações minoritárias.

Grupos	Percentagem de serviços baseados em alojamento que	Percentagem de serviços baseados na comunidade que
--------	--	--

	disseram que aceitariam um encaminhamento deste grupo e que prestariam um serviço completo dentro da sua organização	disseram que aceitariam um encaminhamento deste grupo e prestariam um serviço completo dentro da sua organização
Vítimas / sobreviventes surdos	70%	76%
Vítimas / sobreviventes com deficiência	60%	84%
LGB (Lésbicas, Gays ou Bissexuais) vítimas / sobreviventes	89%	91%
Vítimas / sobreviventes transexuais	44%	78%
Vítimas / sobreviventes com dificuldades de aprendizagem, autismo ou ambos	63%	78%

**11. O apoio também variou consoante uma vítima ou sobrevivente estivesse a passar por múltiplas desvantagens ou tivesse necessidades adicionais.** Fizemos aos serviços as mesmas perguntas sobre como responderiam a um encaminhamento de uma vítima ou sobrevivente com múltiplas desvantagens - se tinham criado um serviço especializado para este grupo de vítimas e sobreviventes, bem como responderiam a um encaminhamento mais geral (onde não dispunham de provisão especializada).

Tabela 3: Percentagem de serviços de apoio baseados no alojamento e na comunidade capazes de oferecer apoio especializado às vítimas e sobreviventes que sofrem de desvantagens múltiplas.

	Percentagem de serviços baseados em alojamento que têm um serviço especializado para este grupo	Percentagem de serviços baseados em alojamento que aceitariam um encaminhamento e prestariam um serviço completo a este grupo	Percentagem de serviços baseados na comunidade que têm um serviço especializado para este grupo	Percentagem de serviços baseados em alojamento que aceitariam um encaminhamento e prestariam um serviço completo a este grupo
Sobreviventes com múltiplas desvantagens ou com necessidades adicionais				
Vítimas / sobreviventes que vivem sem-abrigo <sup>5</sup>	61%	83%	49%	83%
Vítimas / sobreviventes que têm um historial de infrações	25%	31%	30%	66%

<sup>5</sup> A compreensão do grupo de "vítimas e sobreviventes sem abrigo" pode ter variado entre as organizações que responderam ao nosso inquérito, o que torna estas descobertas pouco claras. Os serviços podem ter respondido sobre o apoio às vítimas e sobreviventes que ficaram sem abrigo devido a violência doméstica (que por definição seriam quase todos os utilizadores de serviços baseados no alojamento), ou, em alternativa, ter-se concentrado em indivíduos que anteriormente se encontravam sem abrigo na rua.

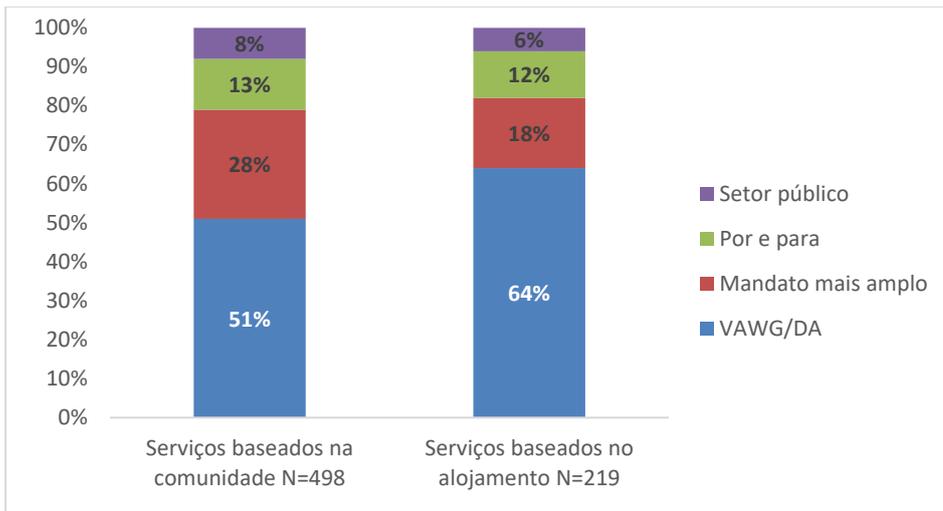
Vítimas / sobreviventes com elevadas necessidades de saúde mental	39%	32%	51%	63%
Vítimas / sobreviventes com necessidades de apoio relacionadas com o álcool	40%	40%	38%	66%
Vítimas / sobreviventes com necessidades de apoio relacionadas com outras substâncias	38%	39%	38%	66%

**12. Havia também lacunas na capacidade dos serviços para prestar apoio aos que não têm recurso a fundos públicos (NRPF).** Os serviços baseados no alojamento, em particular, esforçaram-se por prestar apoio aos sobreviventes migrantes com NRPF, mas o que era particularmente preocupante era o facto de quase 15% dos serviços com base na comunidade dizerem que não aceitariam um encaminhamento e prestariam um serviço completo a alguém com NRPF com base no seu estatuto de NRPF. Dado que o acesso aos fundos públicos não tem qualquer influência na capacidade de aceder ao apoio na comunidade, isto representa uma preocupação considerável.

### Organizações que prestam apoio a violência doméstica em toda a Inglaterra e País de Gales

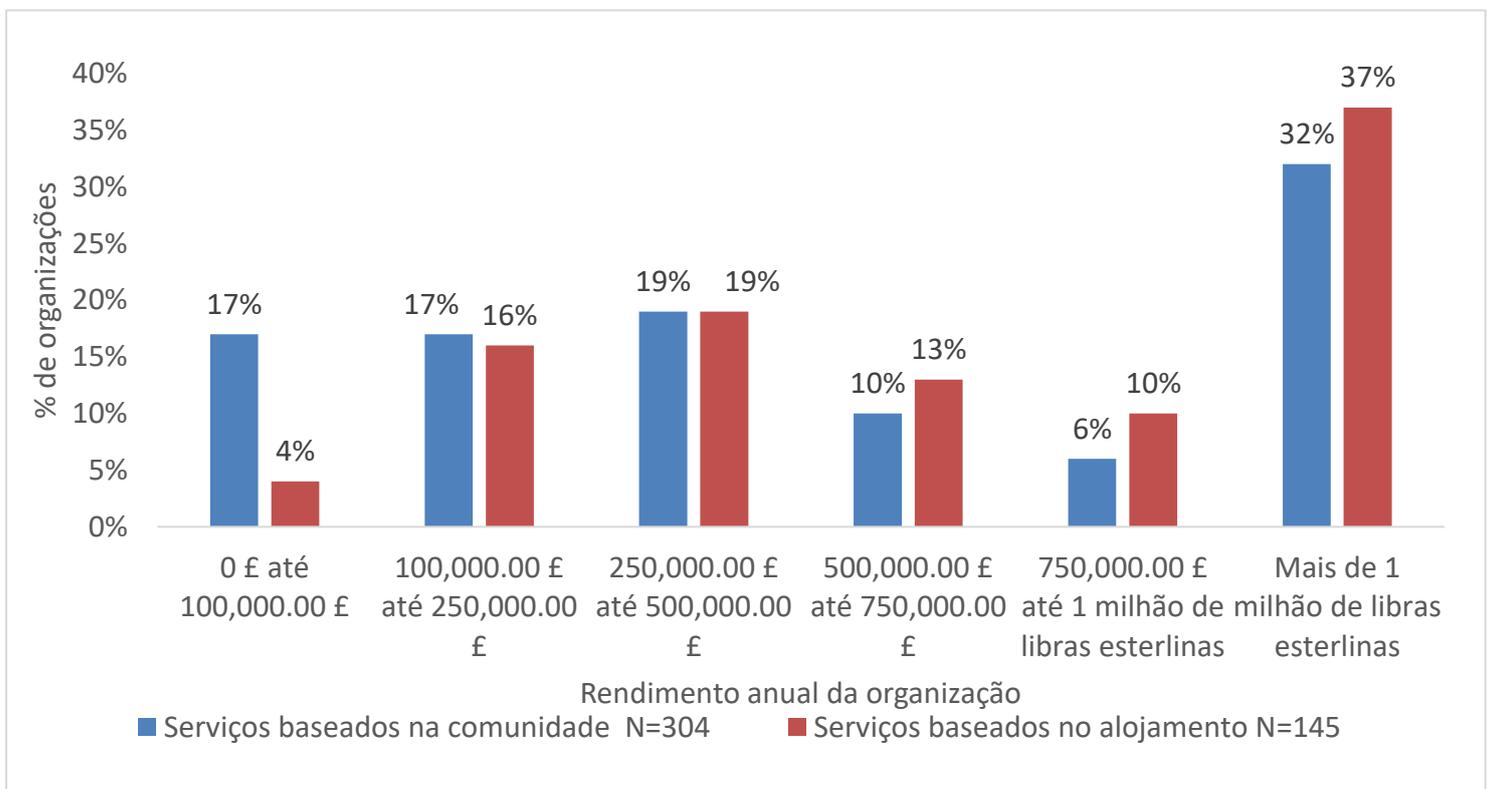
**13. Os serviços são prestados a partir de uma gama de diferentes tipos e tamanhos de organização, com cerca de metade dos serviços com base na comunidade e quase dois terços dos serviços com base no alojamento prestados por organizações especializadas em violência doméstica e/ou violência contra as mulheres e raparigas.** Outros tipos de organizações incluem organizações especializadas "por e para", organizações com um mandato mais amplo (tais como as que apoiam vítimas e sobreviventes de outros tipos de crime), e organizações do setor público, onde os serviços de apoio tinham sido trazidos internamente.

Figura 7: Comparação dos tipos de organizações que prestam serviços baseados na comunidade e no alojamento.



**14. A maioria das organizações que prestam serviços de violência doméstica (61%) têm um rendimento anual inferior a 500,000.00 £.** Os serviços especializados "por e para" eram muito provavelmente muito mais pequenos, e as organizações muito pequenas com um rendimento anual inferior a 100,000.00 £ tinham menos probabilidades de oferecer serviços baseados no alojamento.

Figura 8: Comparação do rendimento anual dos serviços de apoio à violência doméstica baseados na comunidade e no alojamento.



## **Acordo de financiamento atual para serviços de apoio a violência doméstica**

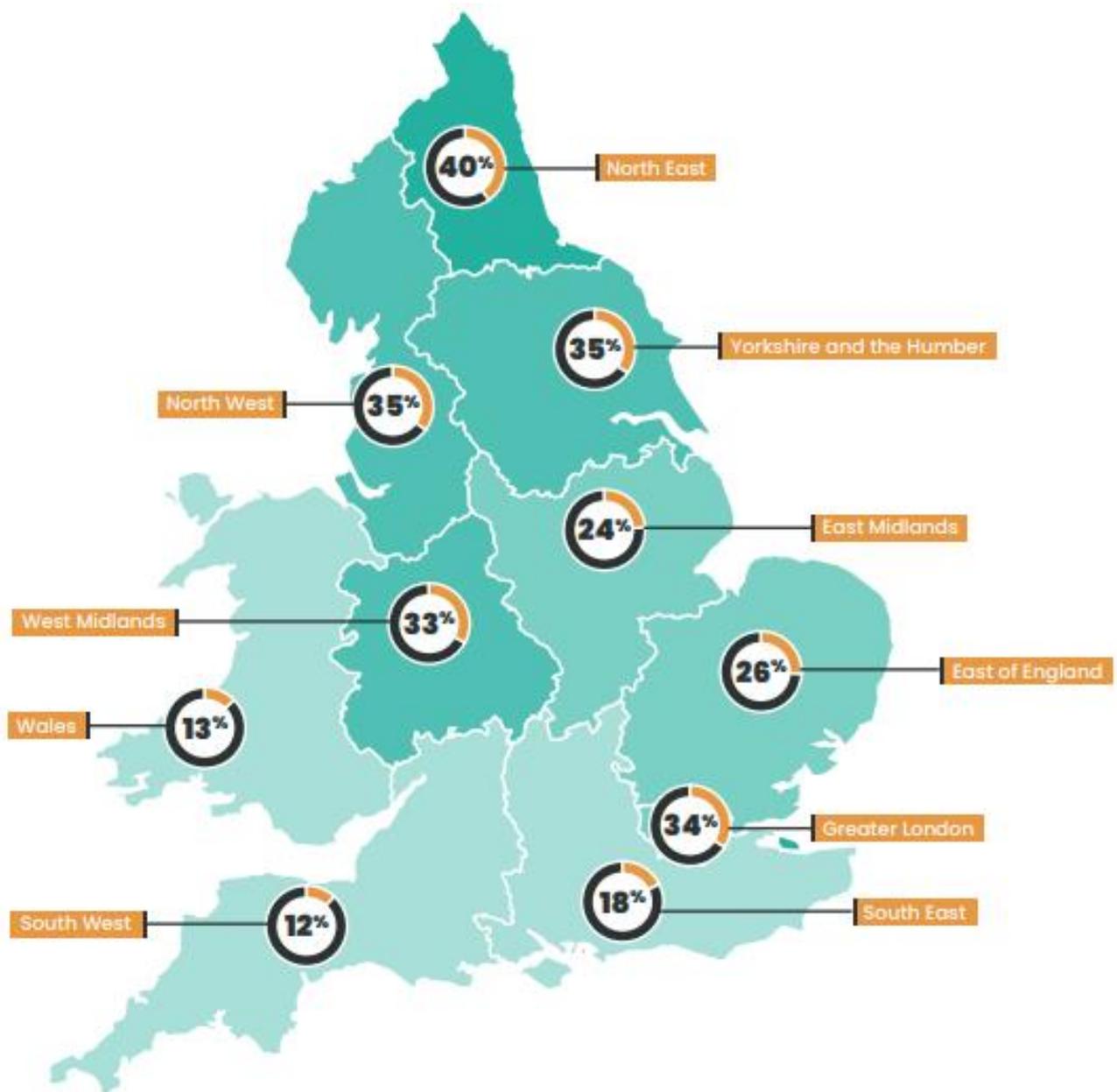
*"Os serviços estão em atraso e com falta de pessoal. Estou à espera de aconselhamento há quase oito meses".*

**15. É necessária uma injeção considerável de financiamento a longo prazo para que os serviços possam satisfazer a procura de apoio por parte dos sobreviventes.** Vítimas e sobreviventes falaram-nos constantemente das suas dificuldades no acesso à ajuda e apoio, com apenas 35% a dizer que encontraram acesso à ajuda 'fácil ou muito fácil'.<sup>6</sup> Os serviços falaram-nos da sua luta para satisfazer a procura, e da constante candidatura a novas fontes de financiamento para se manterem em atividade. Trinta e quatro por cento dos serviços disseram-nos que estavam a gerir serviços sem qualquer financiamento dedicado, e 27% que tinham de cessar os serviços por falta de financiamento. Isto ocorre numa altura de procura crescente, e as vítimas e sobreviventes continuam a procurar apoio após a pandemia da Covid-19, e como, com razão, procuramos tirar a violência doméstica das sombras e encorajar as vítimas e sobreviventes a ter acesso a ajuda.

Figura 9: Proporção de organizações que tiveram de cessar os serviços devido a questões de financiamento.

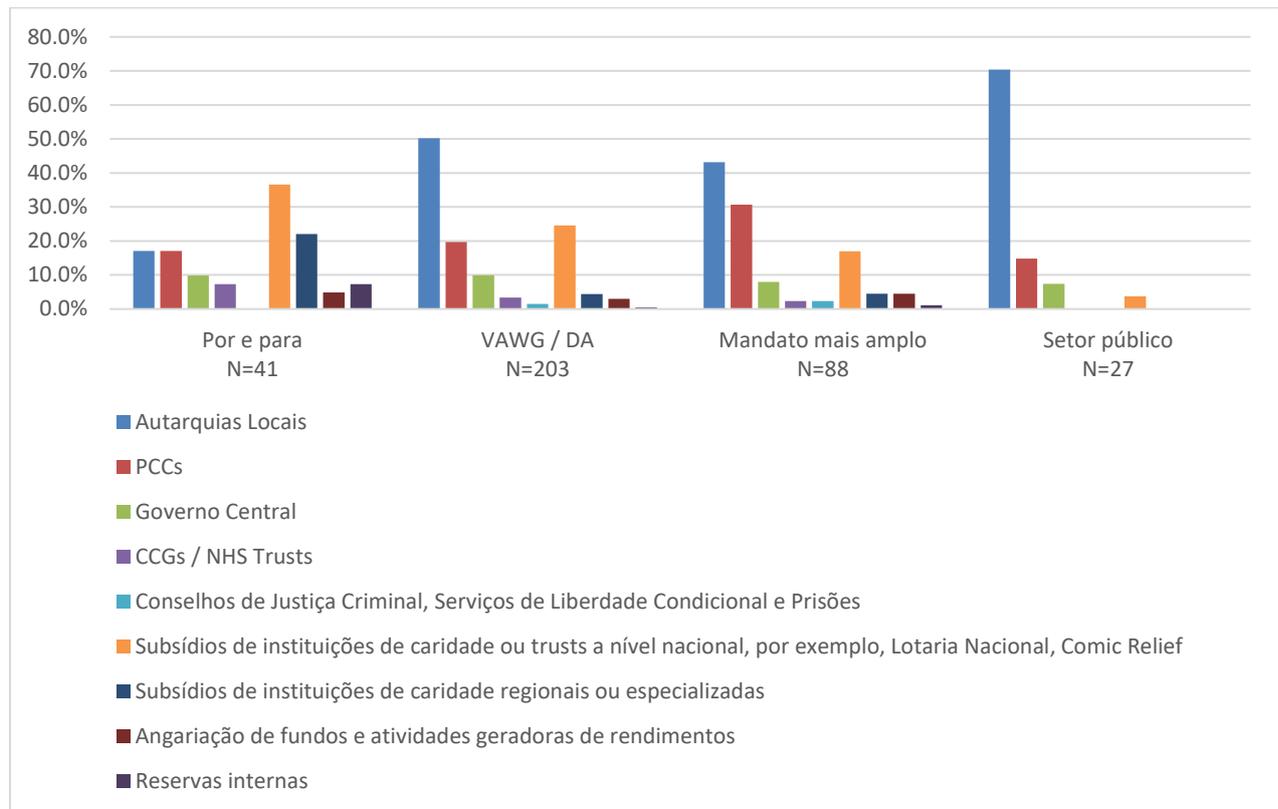
---

<sup>6</sup> Esta é provavelmente uma estimativa exagerada considerável, dado que os sobreviventes que tiveram mais dificuldades de acesso aos serviços ou enfrentaram as maiores barreiras, também é provável que tenham tido dificuldades de acesso ao nosso inquérito.



**16. Os serviços especializados em violência doméstica dependem do financiamento de uma vasta gama de financiadores, tanto estatutários como não estatutários.** Os serviços especializados independentes de violência doméstica são capazes de atrair investimento para uma área local através da angariação de fundos e financiamento de entidades financiadoras não estatutárias. A capacidade de organizações independentes convidarem financiamento de outros financiadores também lhes permite aprender com projetos mais inovadores frequentemente financiados por fundos de caridade e aplicar esta aprendizagem aos serviços centrais mais suscetíveis de serem financiados por organismos estatutários.

Figura 10: Principais fontes de financiamento de serviços de apoio baseados na comunidade para violência doméstica, de acordo com o tipo de organização.



**17. Globalmente, a maioria das organizações (80%) recebeu financiamento estatutário como principal fonte de rendimento**, na sua maioria das Autarquias Locais ou dos Comissários da Polícia e do Crime. Outros 12% das organizações receberam algum financiamento estatutário (mas não como principal fonte de financiamento), e 7% das organizações não receberam qualquer financiamento estatutário. Isto varia consoante a dimensão do rendimento (Figura 11) a que sexo ou género foi prestado apoio (Figura 12), e tipo de organização (Figura 13).

Figura 11: Fontes de financiamento para organizações de serviços de apoio a violência doméstica, de acordo com a dimensão do rendimento anual.

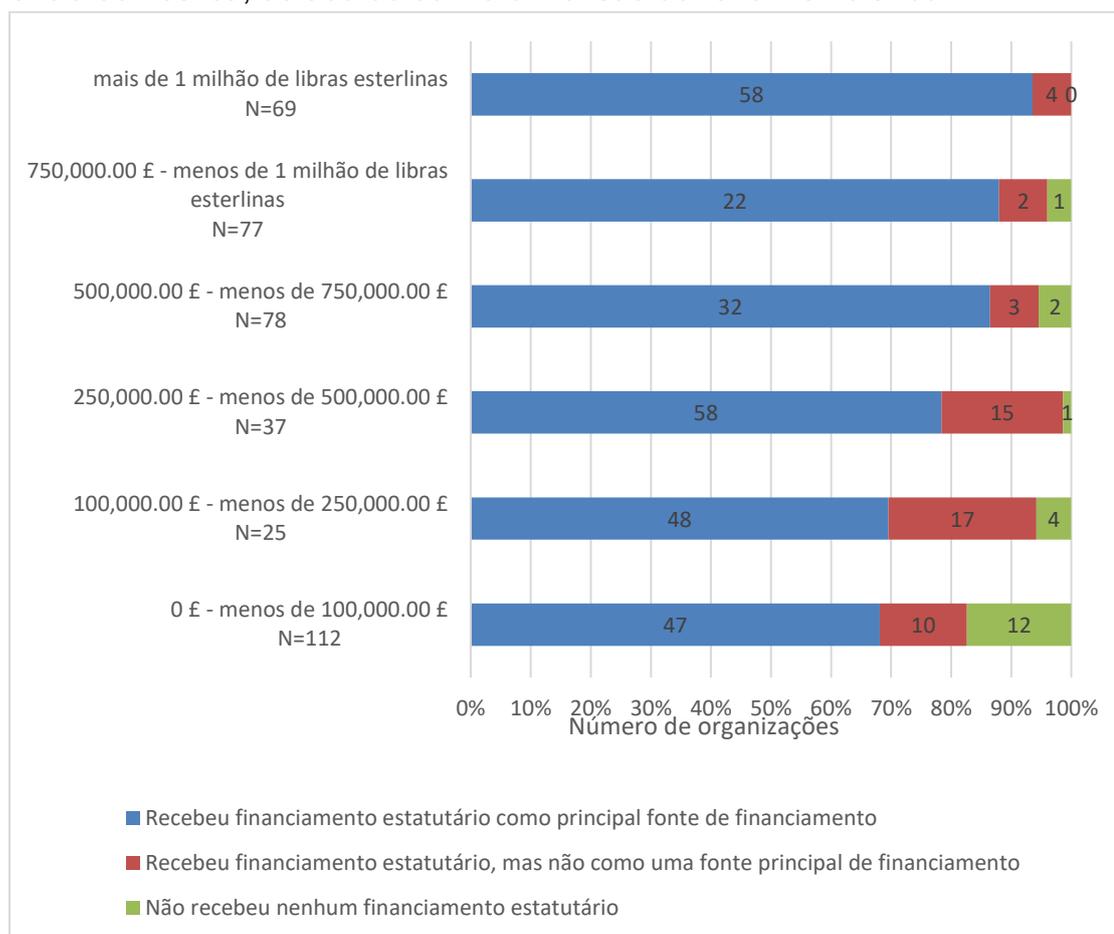


Figura 12: Fontes de financiamento para organizações de serviços de apoio a violência doméstica, de acordo com o sexo ou género das pessoas que são apoiadas<sup>7</sup>.

Serviços exclusivamente femininos N= 109; Mistura de serviços (mas serviços únicos de género/sexo) N= 126; Serviços não específicos de género N= 142; Mistura de serviços únicos de género/sexo e serviços não específicos de género N= 80.

<sup>7</sup> Vale a pena notar que 8 serviços exclusivamente masculinos responderam a esta pergunta, e 100% deles receberam financiamento estatutário como principal fonte de rendimento, no entanto, estes serviços não foram incluídos no gráfico devido ao baixo tamanho da amostra.

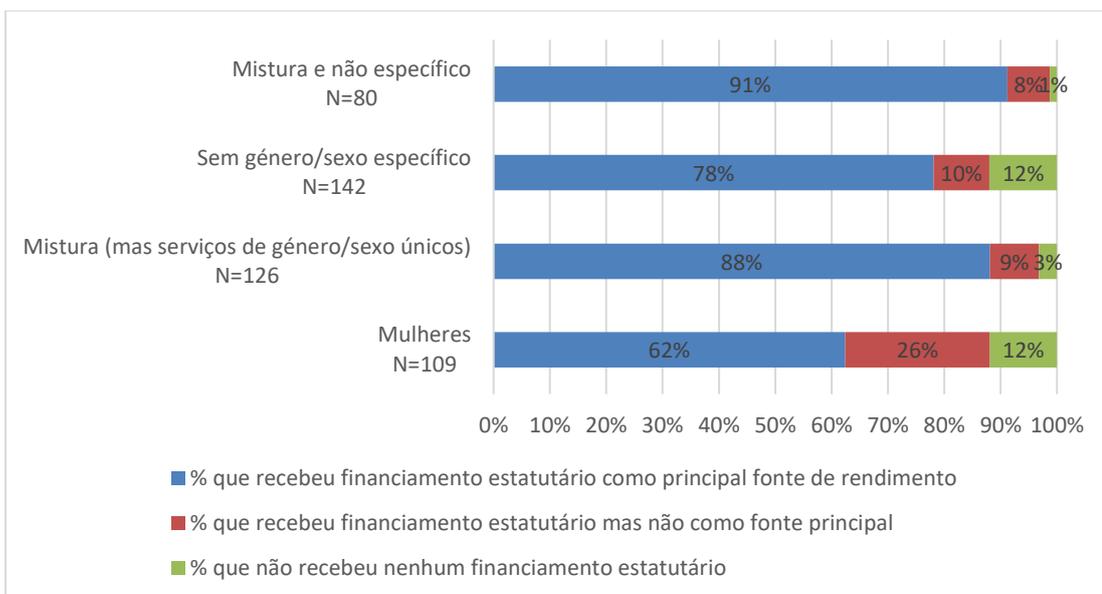
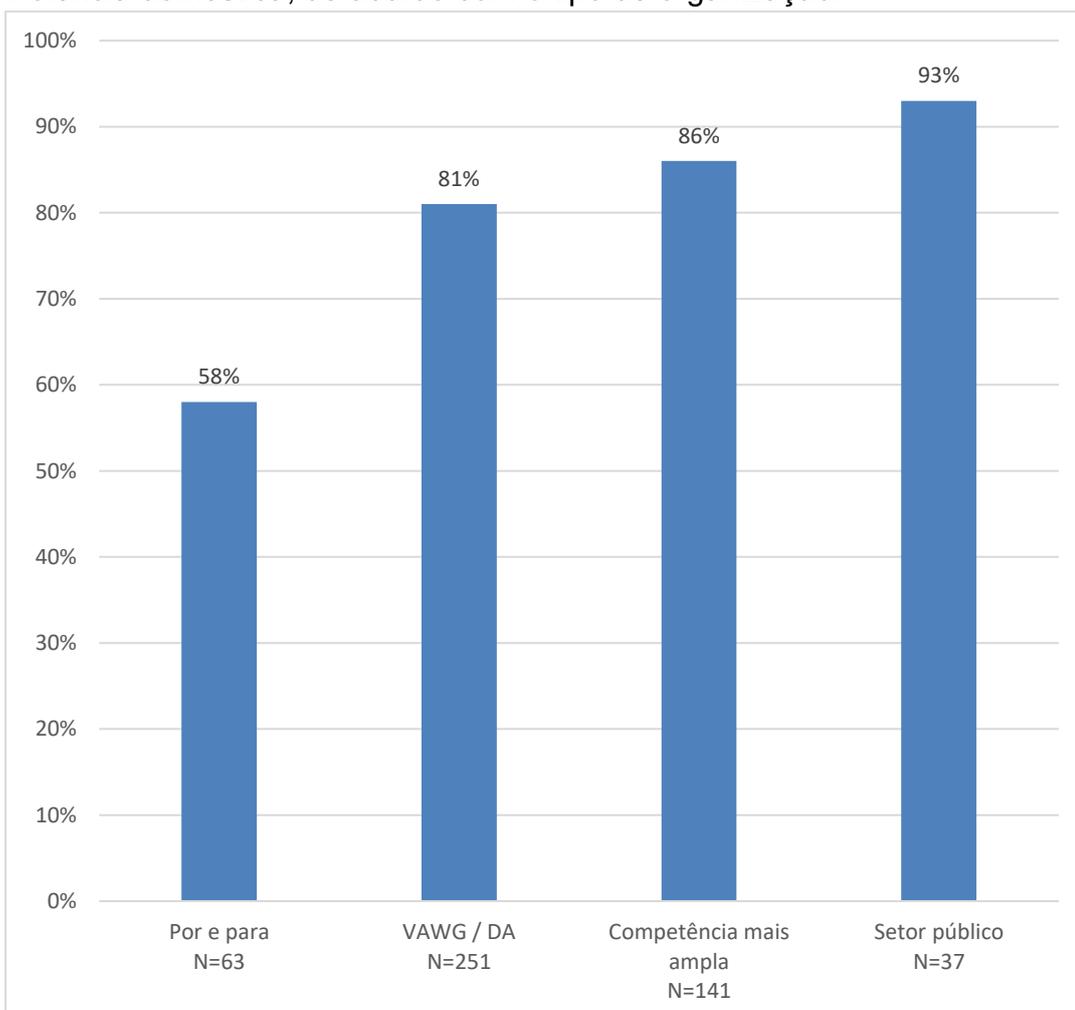


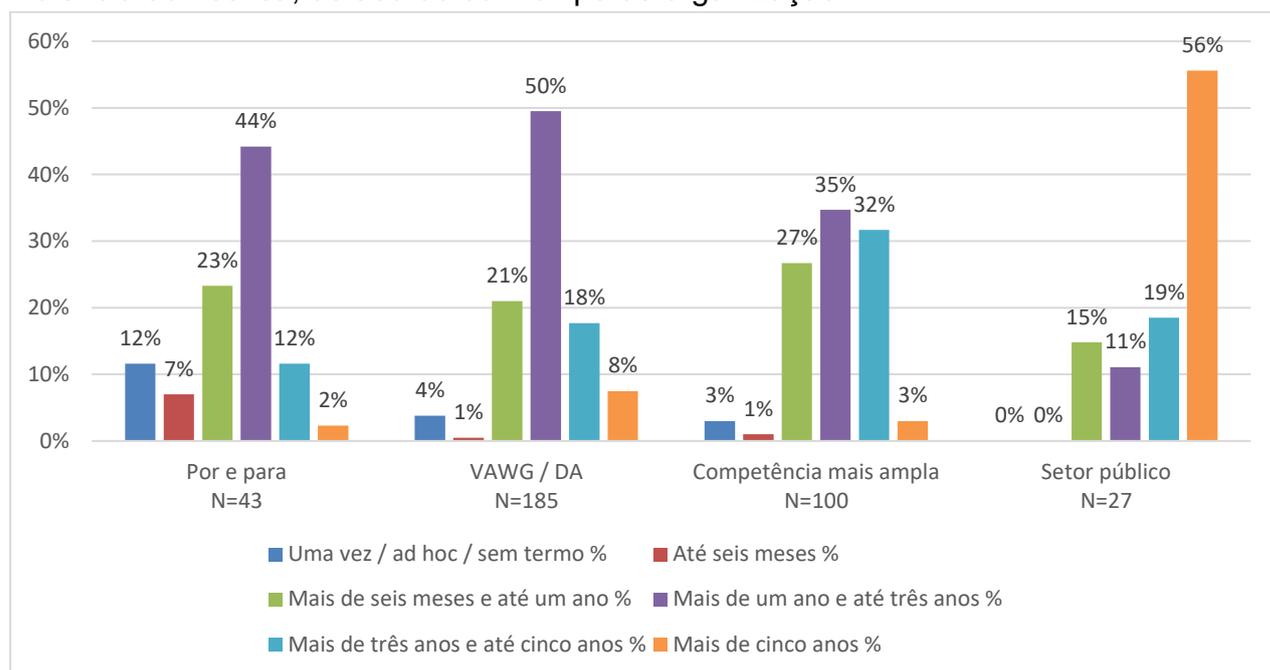
Figura 13: Fontes de financiamento para organizações de serviços de apoio a violência doméstica, de acordo com o tipo de organização.



Embora seja preocupante ver quão menos provável, por e para as organizações, era receberem financiamento estatutário, demonstra também o valor considerável que trazem ao atrair investimento de outras para uma área local. Contudo, isto não é claramente suficiente dadas as consideráveis dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações "por e para" e a falta de serviços disponíveis a nível nacional.

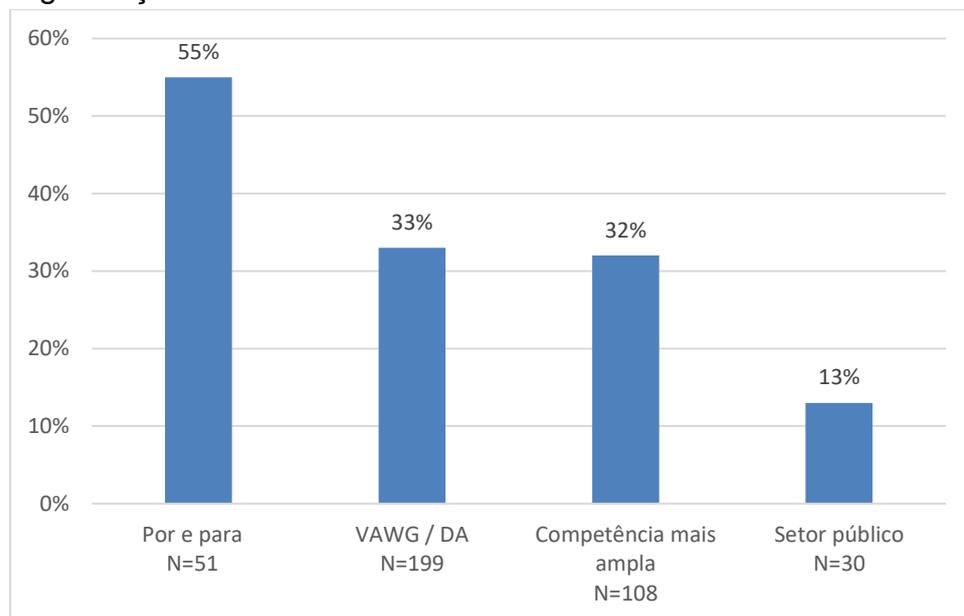
**18. O financiamento é frequentemente de curto prazo e inseguro, o que significa que os serviços têm dificuldades em criar capacidade e planejar o futuro, afetando a eficiência, a prestação de serviços, juntamente com a retenção de pessoal.** A maioria dos prestadores de serviços (70%) dependeu de uma fonte principal de financiamento que foi assegurada por menos de três anos, com mais de um quarto das organizações a depender de uma fonte principal de financiamento que durou menos de um ano (Figura 14). Isto foi particularmente acentuado para as organizações "por e para".

Figura 14: Duração das principais fontes de financiamento dos serviços de apoio à violência doméstica, de acordo com o tipo de organização.



**19. Apesar de ser mais eficaz no apoio às vítimas minoritárias e sobreviventes, existe uma falta desesperada de apoio especializado "por e para" em toda a Inglaterra e País de Gales, com organizações crítica e desproporcionadamente subfinanciadas.** As organizações "por e para" têm seis vezes mais probabilidades de não receberem qualquer financiamento estatutário do que as organizações especializadas em VAWG ou em violência doméstica, e têm muito mais probabilidades de prestar apoio sem qualquer financiamento específico, como ilustrado na Figura 15.

Figura 15: Percentagem de serviços de apoio a abusos domésticos que prestam serviços sem qualquer financiamento específico, de acordo com o tipo de organização.



Sem surpresa, é também mais provável que tenham tido de cessar os serviços devido à falta de financiamento, com 27% das organizações de violência doméstica ou VAWG a terem de cessar os serviços, em comparação com 45% das organizações "por e para".

**20. As organizações mais pequenas tinham muito mais probabilidades do que as maiores de não receberem qualquer financiamento estatutário.** Isto sobrepõe-se a organizações especializadas "por e para", que tinham mais probabilidades de ter rendimentos anuais mais reduzidos. No entanto, mesmo quando se olha apenas para organizações não especializadas e para organizações, as que tinham um rendimento anual inferior a 100,000.00 £ tinham três vezes mais probabilidades de não receber qualquer financiamento estatutário do que apenas organizações ligeiramente maiores com rendimentos anuais entre 100,000.00 £ - 250,000.00 £.

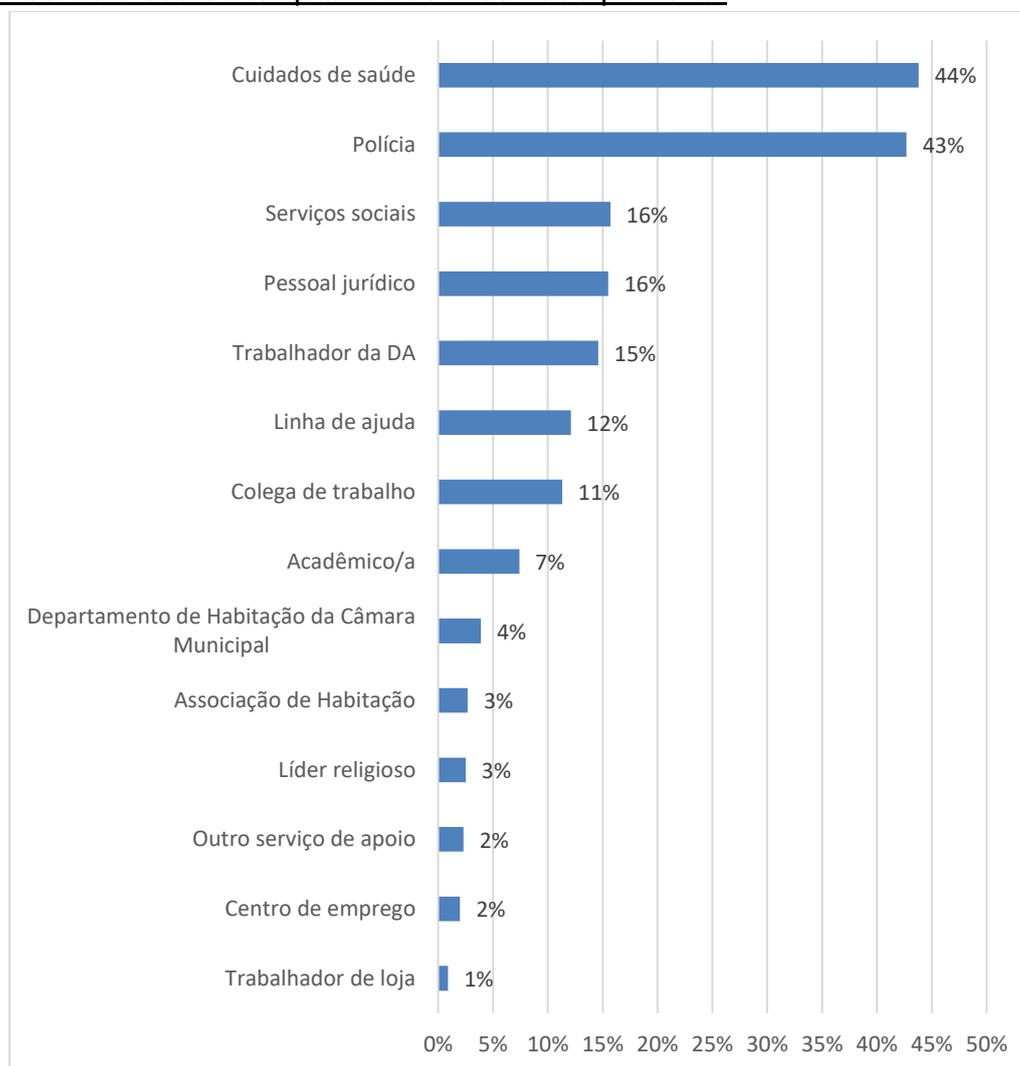
**Quais os profissionais a quem as vítimas e sobreviventes contaram primeiro sobre os seus abusos, e como é que descobriram os serviços?**

**21. Compreendemos o papel crítico dos amigos e da família, que as vítimas e os sobreviventes são mais suscetíveis de contar sobre os abusos que estão a sofrer,** e reconhecemos a necessidade de criar confiança entre amigos e familiares para responder às revelações e apoiar os seus entes queridos. Também queríamos saber mais sobre quais os profissionais a quem as vítimas e sobreviventes contaram sobre a violência doméstica, e a quem contaram primeiro.

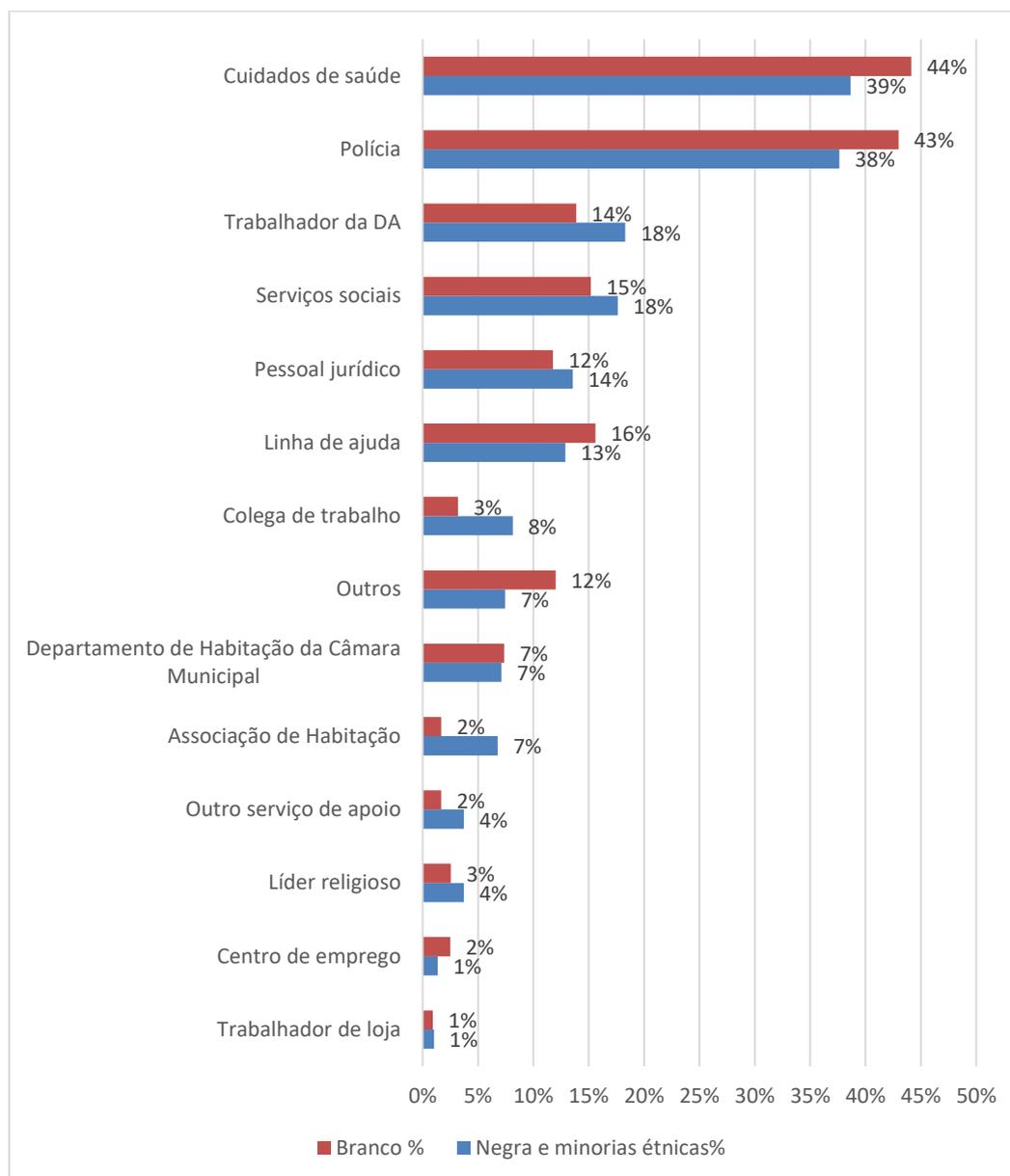
**22. As vítimas e os sobreviventes tinham mais probabilidades de contar os seus abusos a um profissional de saúde antes de outros profissionais, seguidos**

**pela polícia.** Perguntamos às vítimas e sobreviventes a quem contaram primeiro sobre o abuso que tinham sofrido, se o tinham revelado a um profissional. Havia uma série de profissionais a quem as vítimas e sobreviventes revelavam primeiro, representando a importância de uma boa compreensão e resposta à violência doméstica por parte das diferentes agências estatutárias (Figura 16). Houve também algumas variações em quem as vítimas e sobreviventes revelaram por género (Figura 17) e etnia (Figura 18), mas a saúde e a polícia continuaram a ser os profissionais mais propensos a receber uma primeira revelação entre os profissionais.

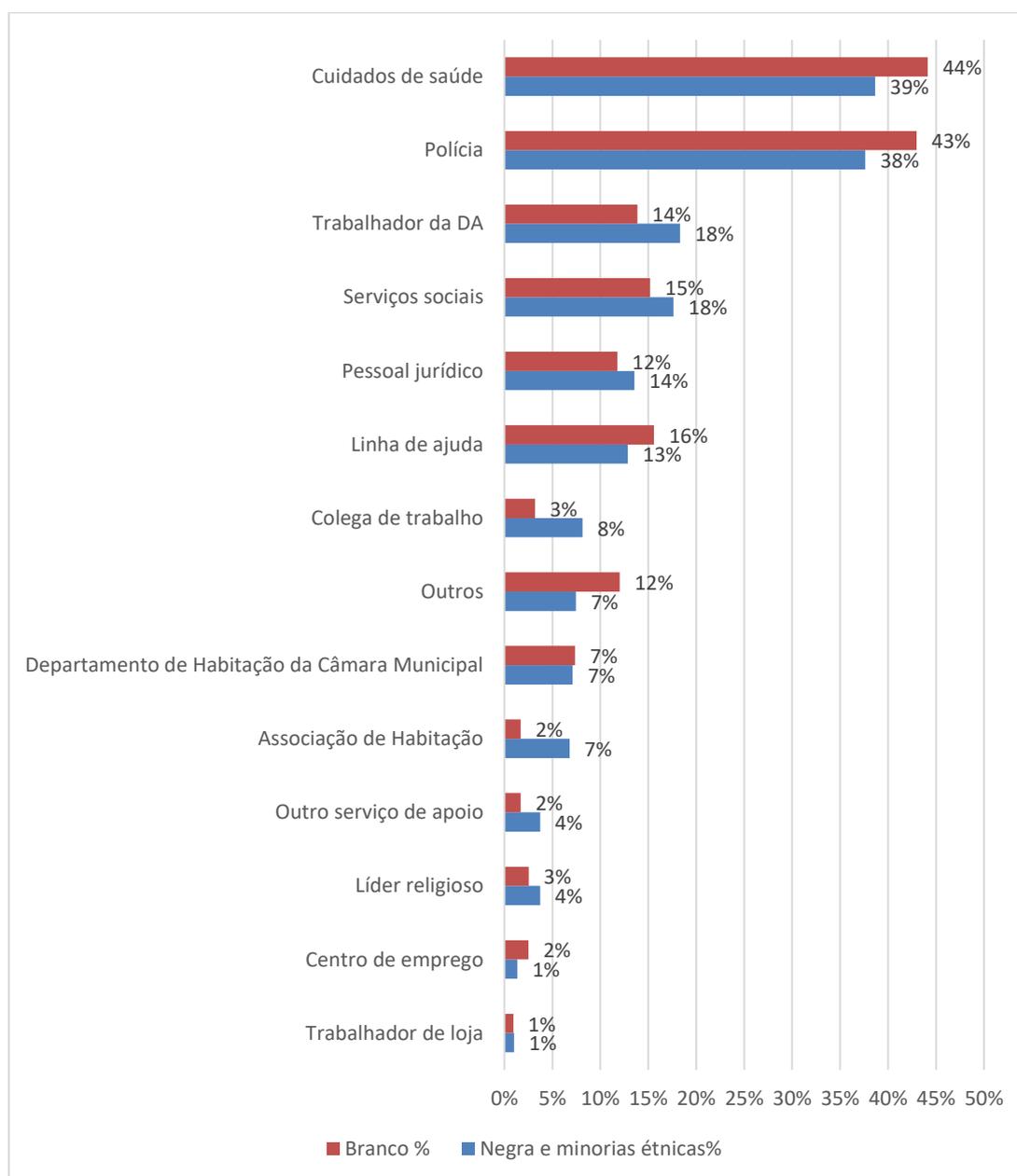
**Figura 16: Profissões e organizações a quem os sobreviventes de violência doméstica disseram a quem tinham contado primeiro.**



**Figura 17: Profissões e organizações a quem os sobreviventes de violência doméstica disseram que informaram primeiro, de acordo com o sexo do sobrevivente.**



**Figura 18: Profissões e organizações a quem os sobreviventes de violência doméstica disseram a quem tinham dito primeiro, de acordo com a etnia dos sobreviventes.**



**23. O alcance proativo pelos serviços de violência doméstica e por serviços públicos mais vastos foi fundamental para permitir às vítimas e sobreviventes o acesso ao apoio.** Apenas um terço das vítimas e sobreviventes teve conhecimento dos serviços a partir da sua própria investigação, tendo a maioria ouvido falar do apoio de uma combinação de serviços públicos, amigos, família, colegas de trabalho ou outras organizações. Muitas vítimas e sobreviventes declararam ser incapazes de considerar como ter acesso ao apoio, ou porque estavam demasiado traumatizadas, assustadas, ou porque não reconheciam que o que lhes estava a acontecer era abuso, ou que precisavam de ajuda. Por conseguinte, parece que aqueles que

tiveram acesso à ajuda o fizeram porque os serviços se envolveram proativamente com eles, e os profissionais identificaram eficazmente a violência doméstica quando a encontraram. Isto permitiu então a prestação de apoio ou o encaminhamento para serviços especializados, conforme necessário.

**24. A Resposta Comunitária Coordenada é, por conseguinte, crucial numa resposta eficaz à violência doméstica, e na capacidade das vítimas e sobreviventes de acederem à ajuda e apoio de que necessitam.** Os serviços de saúde em particular podem desempenhar um papel crítico; enquanto 44% das vítimas e sobreviventes falaram primeiro a um profissional de saúde dos seus abusos, apenas 19% ouviram falar de apoio à violência doméstica na sua área da saúde.

### **Recomendações**

**É necessário financiamento adicional para satisfazer a procura**

*Recomendação 1: O Ministério da Justiça deveria introduzir um dever dos comissários locais de colaborar na contratação de serviços especializados em violência doméstica, realizar avaliações estratégicas conjuntas das necessidades, e este dever deveria ser acompanhado por um novo dever do governo central de fornecer financiamento para satisfazer adequadamente esta necessidade. Isto deve fazer uso da oportunidade proporcionada pela próxima Lei das Vítimas, ou, se não for o caso, identificar um futuro veículo legislativo para tal dever. Será particularmente crítico que as necessidades identificadas localmente incluam as necessidades das crianças e dos sobreviventes migrantes, incluindo aqueles sem recurso a fundos públicos.*

*Recomendação 2: Dadas as limitações das provas existentes, o Governo, incluindo o Tesouro de Sua Majestade, deveria desenvolver as provas e os dados necessários para permitir uma análise custo-benefício da prestação de apoio às vítimas e sobreviventes de violência doméstica, incluindo crianças. Isto deveria estimar o custo da prestação de apoio a todas as vítimas e sobreviventes que dele necessitem, e os benefícios que isso traria à sociedade.*

*Recomendação 3: O Ministério da Justiça e o Departamento da Saúde, trabalhando em estreita colaboração com o setor de violência doméstica especializada e organismos profissionais relevantes, devem desenvolver planos para abordar a escassez de aconselhamento especializado e apoio terapêutico disponível às vítimas e sobreviventes, incluindo crianças.*

*Recomendação 4: O Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades deve incluir o impacto sobre os serviços baseados na comunidade na sua avaliação da Parte 4 da Lei sobre a Violência Doméstica.*

*Recomendação 5: O Departamento de Educação, em colaboração com o Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades, Ministério do Interior e Ministério da Justiça, deve desenvolver uma estratégia nacional para fazer face à falta de apoio especializado*

*disponível para as crianças afetadas pela violência doméstica. Devem trabalhar em estreita colaboração com os setores especializados em violência doméstica, VAWG e "por e para", bem como com o setor de crianças, para assegurar a disponibilidade de financiamento para satisfazer as necessidades das crianças afetadas por violência doméstica.*

*Recomendação 6: O Ministério da Justiça deveria desempenhar um papel mais forte na monitorização da procura de serviços especializados em violência doméstica a nível nacional, a fim de avaliar o sucesso da Estratégia de Financiamento das Vítimas e do Plano de Violência Doméstica. A Estratégia de Financiamento às Vítimas compromete-se a uma visão em que "o apoio adequado deve estar disponível a todas as vítimas de crime, quando estas precisarem", e o Plano de Violência Doméstica para "ajudar todas as vítimas e sobreviventes que escaparam à violência doméstica a sentirem que podem voltar à vida normal, com apoio para as suas necessidades de saúde, emocionais, económicas e sociais".*

*Recomendação 7: Os organismos de comissionamento a nível local e nacional devem aumentar a oferta de intervenções de mudança de comportamento para os autores de violência doméstica. O financiamento deve ser direcionado para intervenções solidamente avaliadas, baseadas em provas e de qualidade assegurada, considerando as necessidades das vítimas e dos sobreviventes em todas as fases.*

*Recomendação 8: Em conformidade com o compromisso assumido no Plano de Violência Doméstica, o Governo deve definir como irá utilizar os resultados deste exercício de mapeamento para identificar lacunas e melhor direcionar o financiamento para os serviços locais.*

O governo nacional deve desempenhar um papel mais importante no financiamento de serviços especializados "por e para".

*Recomendação 9: O Ministério da Justiça, com o Ministério do Interior e o Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades, deve criar um fundo de 263 milhões de libras esterlinas durante 3 anos para apoiar serviços especializados "por e para".<sup>8</sup> Isto deve incluir um programa a longo prazo de desenvolvimento de capacidades, para melhorar a prestação e a distribuição geográfica de serviços especializados "por e para" em Inglaterra e no País de Gales, e permitir que estes setores especializados cresçam de forma sustentável.*

*Recomendação 10: O Ministério do Interior, em coordenação com todo o Governo (particularmente com o Departamento de Educação, Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades, Ministério da Justiça, e Departamento do Trabalho e Pensões) deve desenvolver uma estratégia para melhorar a compreensão das necessidades intersectoriais das vítimas e sobreviventes para o pessoal do setor público da linha de frente. Isto deve abranger as necessidades específicas das vítimas e*

---

<sup>8</sup> A repartição dos custos está detalhada na [apresentação da Revisão das Despesas](#) do Comissário para a Violência Doméstica em novembro de 2021.

sobreviventes com características protegidas e desvantagens múltiplas e deve ser desenvolvido em parceria com organizações especializadas "por e para". Deve ser dada prioridade aos profissionais mais suscetíveis de interagir com as vítimas e sobreviventes, e os resultados de qualquer estratégia devem ser acompanhados de perto, incluindo através da monitorização das características protegidas das vítimas e sobreviventes identificadas por agências estatutárias e referidas a serviços ou organismos especializados como o MARAC.

*Recomendação 11: O Ministério da Justiça e o Ministério do Interior devem financiar conjuntamente um programa específico de reforço de capacidades para ajudar a construir parcerias entre os não-participantes e para os serviços e especialistas por e para os serviços. Isto deve incluir o acompanhamento da forma como os encaminhamentos são feitos entre serviços, e a distribuição do financiamento por parte dos comissários locais. Deveria trabalhar para permitir aos não-participantes e aos serviços identificar e compreender melhor as necessidades intersetoriais das vítimas e sobreviventes com características protegidas, ou que enfrentam múltiplas desvantagens, e trabalhar melhor com a organização "por e para" mais apropriada.*

#### É necessário mais para apoiar as vítimas e sobreviventes que enfrentam múltiplas desvantagens

*Recomendação 12: O Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades deve realizar uma análise das necessidades de prestação de serviços baseados no alojamento para vítimas e sobreviventes que possam enfrentar múltiplas desvantagens. Isto deverá então ser utilizado para estabelecer um programa financiado de capacitação e desenvolvimento de capacidades, fazendo uso de exemplos de melhores práticas já existentes. Esta análise das necessidades deve fazer uso dos resultados desta investigação, da sua própria avaliação da Parte 4 da Lei sobre a Violência Doméstica, e trabalhar em estreita colaboração com o setor especializado em violência doméstica.*

*Recomendação 13: O Ministério da Justiça deve realizar uma avaliação das necessidades de apoio disponível às vítimas e sobreviventes com um historial de ofensas e tomar medidas para resolver a falta de apoio disponível a este grupo de vítimas e sobreviventes. Isto deverá reforçar os compromissos já assumidos na Estratégia para as Mulheres Infratoras e estabelecer uma ligação com o trabalho de coordenação e capacitação no seio dos Centros de Mulheres, bem como a provisão já existente no interior dos estabelecimentos prisionais.*

*Recomendação 14: O Ministério do Interior deve encorajar os titulares de obrigações de prevenção de violência grave a assegurarem que a violência doméstica seja incluída no trabalho para abordar uma série de fatores de alto risco no envolvimento de violência grave no espaço público. Isto deve ser acompanhado de um reconhecimento de que a violência doméstica é em si mesma uma forma de violência grave, tal como definida pela Lei sobre Policiamento, Crime, Sentença e Tribunais de 2022.*

Os comissários locais devem financiar os serviços de modo a fornecer toda a gama de trabalho necessária, incluindo a comercialização proativa dos seus serviços

*Recomendação 15: Os Comissários devem financiar serviços utilizando um modelo de recuperação total dos custos, incluindo o acesso a intérpretes, apoio às comunicações e supervisão clínica. Qualquer orientação estatutária ou não-estatutária emitida pelo Governo deve refletir esta expectativa.*

*Recomendação 16: Os Comissários devem assegurar que os serviços sejam financiados para sensibilizar proativamente para os seus serviços e realizar ações de sensibilização. Os sites dos comissários locais devem também ser claros sobre quais os serviços disponíveis na sua área, e para quem.*

Os serviços à disposição dos homens devem ser claros, para que os homens possam ter acesso aos mesmos

*Recomendação 17: Os comissários locais, e os serviços comissionados, devem ser claros nos seus sites que podem aceder aos seus serviços, e fornecer clareza sobre se os serviços são inclusivos. Sabemos que a violência doméstica afeta desproporcionadamente as mulheres e raparigas, e que os serviços só para mulheres são fundamentais para apoiar as mulheres e raparigas a alcançar a segurança e a recuperação. No entanto, quando os serviços são inclusivos oferecidos a todos os géneros, isto deve ser claro para as vítimas e sobreviventes que possam querer ter acesso aos seus serviços.*

A sensibilização e consciencialização sobre a violência doméstica e sobre os serviços disponíveis ainda são necessárias, particularmente para as vítimas e sobreviventes com dificuldades de aprendizagem

*Recomendação 18: O Ministério do Interior deve considerar como as campanhas nacionais de comunicação podem ser ligadas às campanhas locais, inclusive para aumentar a sensibilização para a disponibilidade de serviços a nível local.*

*Recomendação 19: O Ministério do Interior e o Departamento de Educação, trabalhando com o Departamento de Saúde e Assistência Social, deveriam conduzir uma campanha de sensibilização centrada na sensibilização das pessoas com deficiência mental para a violência doméstica. Esta deve ser desenvolvida e ministrada em conjunto com as pessoas com dificuldades de aprendizagem, e com o setor especializado "por e para".*

As agências estatutárias devem melhorar a sua identificação e resposta à violência doméstica - para reforçar a Resposta Coordenada Comunitária

*Recomendação 20: O Ministério do Interior deve trabalhar com o Gabinete do Comissário para a Violência Doméstica para desenvolver um quadro acordado para avaliar as necessidades de formação dos organismos do setor público no que diz respeito à violência doméstica, e os departamentos governamentais devem conduzir uma avaliação das necessidades de formação das profissões prioritárias identificadas neste relatório de mapeamento. Deve ser dada prioridade aos profissionais mais*

suscetíveis de serem informados sobre abusos domésticos, em particular pessoal de saúde, assistentes sociais, profissionais jurídicos ou judiciais, e pessoal do Departamento do Trabalho e Pensões. Isto deve incorporar o trabalho existente em curso no seio do Gabinete do Comissário para a Violência Doméstica para mapear a oferta de formação existente nas agências estatutárias.

*Recomendação 21: Os comissários locais devem trabalhar com agências e serviços estatutários na sua área para desenvolver percursos de apoio conjunto e sem descontinuidades para vítimas e sobreviventes com necessidades múltiplas, particularmente para aqueles que enfrentam desvantagens múltiplas. Isto deve também ser estreitamente alinhado com o trabalho para introduzir um ambicioso "dever de colaboração" através da Lei das Vítimas, e o novo Dever de Prevenção da Violência Grave.*

*Recomendação 22: Os organismos de financiamento devem considerar a necessidade de um maior apoio através de um assistente para as vítimas e sobreviventes que possam não atingir o limiar para um IDVA, a fim de manter os casos e coordenar a gama de apoio e serviços necessários às vítimas e sobreviventes. Em particular, o Ministério da Justiça deveria considerar isto no contexto das propostas para formalizar o papel do IDVA e do ISVA através da proposta da Lei das Vítimas.*

O setor da saúde deve reconhecer a sua posição única de confiança, e melhorar a compreensão dos profissionais sobre a violência doméstica, a fim de identificar os abusos numa fase anterior e apoiar os sobreviventes no acesso ao apoio especializado

*Recomendação 23: O Departamento de Saúde, com o NHS England, deve desenvolver um programa de trabalho ambicioso para melhorar a sensibilização e resposta dos profissionais de saúde em relação à violência doméstica em contextos de cuidados de saúde, e para construir parcerias entre serviços especializados em violência doméstica e serviços de saúde. Isto deve basear-se nas melhores práticas, tal como estabelecido no Pathfinder Toolkit, e outros exemplos de trabalho próximo entre os prestadores de cuidados de saúde e os serviços de violência doméstica.*

*Recomendação 24: O Departamento de Saúde deve assegurar a disponibilidade de intervenções de saúde mental oportunas e apropriadas para apoiar as necessidades de saúde mental das vítimas e sobreviventes de violência doméstica.*

*Recomendação 25: Os serviços de saúde devem registar os encaminhamentos que fazem ao MARAC a fim de controlar o desempenho e a resposta sanitária a nível de confiança. Estes dados devem ser colocados à disposição do Departamento de Saúde e Assistência Social, do Grupo Interministerial VAWG e do Comissário para a Violência Doméstica num relatório anual.*

Os comissários só devem trazer serviços internos em circunstâncias excecionais

*Recomendação 26: A Estratégia de Financiamento das Vítimas, e as orientações nacionais para os comissários sobre a entrada em funcionamento dos serviços, devem*

*estabelecer claramente a importância de serviços independentes em qualquer orientação estatutária ou não-estatutária. Quando os serviços são trazidos internamente, esta informação deve ser partilhada com o Ministério da Justiça, Ministério do Interior, Departamento de Nivelamento, Habitação e Comunidades e com o Gabinete do Comissário para a Violência Doméstica, a fim de compreender os motivos e de acompanhar as mudanças ao longo do tempo.*

#### Recomendações para mais investigação

Embora esta investigação faça enormes progressos na nossa compreensão da prestação de serviços de violência doméstica em toda a Inglaterra e País de Gales, também realça algumas lacunas adicionais na nossa compreensão. No nosso Relatório Técnico podem ser encontradas sugestões mais detalhadas para mais investigação, mas existem algumas questões-chave que merecem uma análise mais aprofundada:

- 1. Precisamos de compreender melhor as experiências de vítimas minoritárias e marginalizadas e de sobreviventes que acedem a serviços "não por e para".** A nossa investigação demonstra benefícios claros no acesso a serviços "por e para" em comparação com o acesso a serviços que não são "por e para". Contudo, não conseguimos diferenciar entre os resultados das vítimas e sobreviventes que acedem a organizações especializadas DA/VAWG, organizações com um mandato mais amplo, ou serviços que tinham sido trazidos internamente por organismos do setor público.
- 2. Embora o impacto do acesso ao apoio em geral fosse claro, haveria benefícios para uma compreensão mais detalhada dos diferentes resultados para as vítimas e sobreviventes, dependendo do tipo de apoio a que tinham tido acesso.** Neste relatório pudemos mostrar as diferenças entre os sobreviventes que tinham acedido aos serviços e os que não o tinham feito. É necessária uma análise mais aprofundada para compreender como estas diferenças mudam em função do tipo de intervenção a que tiveram acesso, tais como aconselhamento, apoio do IDVA, refúgio, ou outra disposição.
- 3. É necessário um exame mais aprofundado do aspeto dos serviços especializados localizados fora das organizações "por e para".** A nossa investigação demonstra uma proporção relativamente elevada de organizações que oferecem serviços especializados para grupos particulares de vítimas e sobreviventes. Contudo, não ficou claro o que esta especialização envolvia, e poderia ir desde a prestação de formação específica até à prestação de um serviço personalizado e à medida. O mapeamento realizado pela Galop em nome do Comissário de Violência Doméstica do apoio LGBTQ+ sugere uma grande variação na compreensão da "especialidade" entre os serviços. Do mesmo modo, o trabalho realizado por Stay Safe East e Sign Health em nome do Comissário de Violência Doméstica, a publicar em breve, mostra um quadro semelhante para os serviços destinados aos sobreviventes surdos e deficientes.

4. **É necessária mais informação sobre quem os serviços de violência doméstica apoiaram a nível nacional, e que apoio foi prestado.** Embora tenhamos perguntado sobre a elegibilidade para apoio, e sobre o número de encaminhamentos recebidos e contratados, não solicitámos uma repartição demográfica ou qualquer outra repartição de quem recebeu apoio dos serviços de violência doméstica. Isto será crucial para compreender a disparidade entre os serviços que ofereciam serviços a grupos particulares de pessoas (tais como vítimas e sobreviventes deficientes, sobreviventes LGBTQ+, ou homens) e o que os sobreviventes nos disseram sobre a indisponibilidade de serviços na sua área.

## **Anexo A: Glossário de Termos**

**Vítimas e sobreviventes** são definidos como qualquer pessoa que tenha sido sujeita a violência doméstica, tal como definida pela Lei de Violência Doméstica de 2021. A Lei define a violência doméstica como o comportamento de uma pessoa em relação a outra pessoa se cada uma tiver 16 anos ou mais e estiverem pessoalmente ligadas uma à outra, e o comportamento consiste em qualquer um dos seguintes - abuso físico ou sexual; comportamento violento ou ameaçador; comportamento controlador ou coercivo; abuso económico; abuso psicológico, emocional ou outro; e não importa se o comportamento consiste num único incidente ou num curso de conduta. As crianças são também incluídas nesta definição, em reconhecimento do efeito prejudicial da violência doméstica sobre elas, quando são parentes de alguém com mais de 16 anos que está sujeito a violência doméstica.

**Violência contra Mulheres e Raparigas (VAWG)** refere-se à definição que o Governo adotou da Declaração das Nações Unidas (1993) sobre a eliminação da violência contra as mulheres para orientar a atividade em todos os departamentos governamentais: "Qualquer ato de violência baseada no género que resulte ou seja suscetível de resultar em danos físicos, sexuais, psicológicos ou sofrimento para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada". De acordo com a Declaração, a violência contra as mulheres tem as suas raízes nas relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens. Explica também que a violência contra as mulheres é "um dos mecanismos sociais cruciais através dos quais as mulheres são forçadas a uma posição subordinada em comparação com os homens". É utilizado para descrever a violência e o abuso que é desproporcionadamente perpetrado contra as mulheres, nomeadamente a violência doméstica, a violência sexual, o chamado abuso "baseado na honra", e a perseguição.

**As comunidades minoritárias** são aquelas que foram alteradas e definidas como minorias pelo grupo dominante. Podem enfrentar discriminação estrutural com base em características protegidas, em particular raça, religião, deficiência, orientação sexual, identidade transgénero ou como parte da comunidade Surda. Aqueles dentro destas comunidades que possuem múltiplas identidades intersetoriais podem enfrentar uma marginalização ainda maior e mais barreiras no acesso ao apoio.

**Negro e minoritários** - Estes termos consideram uma abordagem estruturalmente interseccional à nomeação e referência a comunidades que sofrem racismo e marginalização com base em (perceções de) raça e etnia, ou são comunidades que se autodefinem de uma miríade de formas fora das categorias de "brancura". A terminologia para denotar isto é controversa, mas escolhemos acrónimos negros e minoritários em vez de acrónimos amplamente criticados, uma vez que é o termo preferido do setor de violência doméstica para reconhecer a diversidade e abster-se de perfis culturais e raciais. Reconhecemos que esta linguagem é complexa e importante e que a utilização destes termos pode não ser preferida nos próximos anos.

**Desvantagem múltipla** - Contra a Violência e o Abuso define desvantagens múltiplas como enfrentar "desigualdades múltiplas e cruzadas, incluindo a violência e o abuso baseados no género, o uso de substâncias, a saúde mental, a falta de abrigo, o envolvimento no sistema de justiça criminal e a remoção de crianças".

**"Por e para"** - A nossa investigação definiu as organizações "por e para" como organizações que são concebidas e entregues por e para pessoas minoritárias (incluindo raça, deficiência, orientação sexual, identidade transgênero, religião ou idade). Estes serviços estarão enraizados nas comunidades que servem e podem incluir uma recuperação e apoio holístico que se dirige a uma vítima ou sobrevivente em toda a gama de necessidades de interceção, para além do apoio a abusos puramente domésticos. Considerámos separadamente serviços para mulheres que são geridos por mulheres.

O **"apoio especializado"** foi definido como o apoio especificamente previsto e adaptado às necessidades destas vítimas e sobreviventes, em vez de elegibilidade. O inquérito também esclareceu que o apoio específico às vítimas e sobreviventes surdos ou deficientes deveria referir-se ao apoio prestado especificamente às suas experiências de vida, e não apenas aos requisitos de acessibilidade.

**Resposta Coordenada Comunitária** - Permanecer Juntos Contra a Violência Doméstica define a Resposta Coordenada Comunitária (RCC) como "uma resposta de todo o sistema a uma pessoa inteira" que "transfere a responsabilidade pela segurança de sobreviventes individuais para a comunidade e serviços existentes para os apoiar". Mais detalhes sobre a RCC podem ser encontrados no seu relatório *In Search of Excellence* (Em Busca da Excelência).

**Advogado Independente de Violência Doméstica (IDVA)** - Como definido no Código da Vítima, os IDVAs trabalham com as vítimas de violência doméstica para compreender as suas experiências e o seu risco de danos contínuos. Desenvolverão um plano de segurança individual com uma vítima para garantir que têm tudo o que precisam para se tornarem seguras e começarem a reconstruir as suas vidas livres de abusos. Este plano pode incluir o apoio às vítimas no acesso a serviços legais (tais como cuidados de saúde e serviços de habitação), representar a sua voz numa Reunião de Avaliação de Riscos Multidisciplinar e aceder a outros serviços voluntários nas suas comunidades. Os Conselheiros Independentes para a Violência Doméstica são independentes dos serviços estatutários e estão aptos a fornecer às vítimas informações e conselhos relevantes adaptados às suas necessidades.

**Advogado Independente de Violência Sexual (ISVA)** - Tal como definido no Código da Vítima, um Advogado Independente em matéria de Violência Sexual é um conselheiro que trabalha com pessoas que tenham sido vítimas de violação e agressão sexual, independentemente de terem ou não denunciado à polícia.

**Serviços baseados no alojamento** - A Lei da Violência Doméstica de 2021 define os serviços baseados no alojamento como "apoio, em relação a violência doméstica, prestado às vítimas de violência doméstica, ou aos seus filhos, que residam em alojamentos relevantes". Os regulamentos da Lei definem o alojamento relevante como "alojamento que é fornecido por uma autarquia local de habitação, um fornecedor privado registado de habitação social ou uma instituição de caridade registada cujos objetos incluem a prestação de apoio às vítimas de violência doméstica" e é "alojamento de refúgio; alojamento seguro e especializado; alojamento disperso; alojamento de segunda fase; ou outro alojamento designado pela autarquia local de habitação, fornecedor privado registado de habitação social ou instituição de caridade registada como alojamento de emergência para violência doméstica". O alojamento não pode ser alojamento de cama e pequeno-almoço, mas pode fazer parte de um esquema de santuário.

**Os serviços baseados na comunidade** são referidos neste relatório como serviços que são prestados às vítimas e sobreviventes na comunidade; ou seja, não num ambiente baseado no alojamento. Pode ser utilizado como um termo geral para descrever uma série de tipos de intervenção, incluindo advocacia, aconselhamento e apoio terapêutico, ou intervenções de mudança de comportamento para autores de violência doméstica.

**Sem recurso a fundos públicos (NRPF)** - Uma pessoa não terá recurso a fundos públicos quando estiver "sujeita ao controlo da imigração", tal como definido no artigo 115 da Lei da Imigração e Asilo de 1999. Uma pessoa sujeita a controlo de imigração não pode reclamar fundos públicos (subsídios e assistência habitacional), a menos que se aplique uma exceção. Quando uma pessoa tem de entrar ou permanecer sujeita à condição do NRPF, o termo "sem fundos públicos" será indicado na sua autorização de residência, vinheta de autorização de entrada, ou autorização de residência biométrica (BRP).